

CAPÍTULO 01

BRASIL COLONIAL

O PERÍODO PRÉ-COLONIAL: (1500 a 1530)

ANTECEDENTES:

As três décadas iniciais da História do Brasil, bem como da trajetória do processo colonizador português para as novas terras “descobertas” apresentam características distintas no que se refere ao tratamento dado a uma nova possessão territorial.

Não podemos esquecer que o processo de Expansão Marítima foi motivado e orientado pelo modelo econômico Mercantilista, apoiado sobre pilares argüidos graças a alianças político-econômicas entre a figura do Rei fortalecido e centralizador, e dos ambiciosos Burgueses comerciantes.

O modelo expansionista vai buscar retorno rápido do investimento inicial, e segundo os preceitos mercantilistas isso significava encontrar logo no primeiro momento: metais preciosos (metalismo); mercado consumidor onde as produções manufaturadas pudessem ser comercializadas (estabelecendo um superávit na balança comercial e incentivando a produção); regiões passíveis de colonização com rápido retorno financeiro a curto prazo (o Colonialismo buscava uma região passível de exploração seja na submissão político-econômica, militar ou que fornecesse uma produção em larga escala que pudesse ser explorada gerando lucros aos comerciantes marítimos portugueses).

Inicialmente o Brasil não vai apresentar nenhuma dessas características, e associado às prosperidades com que os comerciantes portugueses aumentavam sua lucratividade com o comércio oriental, a terra recém-conquistada ficará relegada a um segundo plano.

O RELATIVO ABANDONO:

O Brasil diferente do oriente, não apresentava nenhum atrativo do ponto de vista comercial: sem metais preciosos, sem mercado consumidor, sem produção agrícola passível de exploração.

A Coroa portuguesa enviou várias expedições que buscavam realizar um reconhecimento da costa brasileira. Em 1501 Gaspar Lemos foi responsável pelo batismo de várias regiões (Cabo de São Tomé; São Vicente; Cabo Frio) e nessa expedição viajou também o florentino Américo Vespúcio que chegou a declarar ao governante de Florença que não encontrou nada de aproveitável nesta terra. Na

verdade a existência de pau-brasil foi à única atividade pensada como possível de realização de uma atividade econômica.

Vai ser na atividade extrativista de madeira realizada sob o regime de utilização do trabalho indígena (escambo), sendo o comércio uma exclusividade da Coroa Lusitana (Monopólio Régio).

O relativo abandono deve-se ao fato de que não houve a implementação de um projeto efetivo de ocupação de terras por parte de Portugal. Contudo a atividade extrativista foi consentida a arrendatários (iniciativa particular de ocupação da terra, sem financiamento da Coroa) que tinham a missão de não só explorar a madeira, como também realizar defesa do território contra ataques indígenas e invasões estrangeiras, estabelecimento de acampamentos litorâneos (feitorias) para armazenagem e comercialização da madeira extraída, além do pagamento do imposto real (Quinto).

A DECADÊNCIA DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

A mudança do cenário da ocupação nas terras brasileiras vai mudar tão logo a prosperidade do comércio oriental entre em declínio e as invasões estrangeiras tornem-se demasiadamente freqüentes. Estas são basicamente as razões que justificam a colonização efetiva após 1530. Com o crescimento da presença estrangeira junto as costa brasileira, torna-se cada vez mais fundamental um sistema de proteção territorial mais eficaz. Para isso várias expedições são enviadas para combater os corsários e piratas, entretanto, sem atingir grandes resultados e o litoral continua a ser ameaçado necessitando de esforços maiores por parte da Coroa portuguesa.

Apesar de conquistado em 1500, Portugal não se preocupou com o Brasil por mais de 30 anos porque os investimentos metropolitanos estavam concentrados no comércio com o oriente. Ocorre que após 1530 os lucros com este comércio começaram a diminuir e o governo resolveu colonizar o Brasil plantando aqui cana de açúcar para ser vendida na Europa, contando com investimentos e financiamentos holandeses para tal empreitada.

Para cá se deslocavam aventureiros, militares, administradores e até condenados que aceitassem o exílio ou degredo como pena alternativa.

COLONIZAÇÃO E CONQUISTA:

Plantada inicialmente em São Vicente (fundada em 1532), a cana logo se espalhou pela colônia, cultivada utilizando-se de mão de obra compulsória ora negra africana, ora indígena, sendo o comércio do negro africano

altamente lucrativo, razão pela qual foi à opção de mão de obra utilizada na colonização.



Fundação de São Vicente – Oscar Pereira da Silva (1900).

Ao plantio da cana se somariam posteriormente a mineração e atividades econômicas auxiliares como pecuária, algodão, tabaco, aguardente e etc.

O Brasil foi uma típica colônia de exploração dentro dos moldes mercantilistas. A metrópole controlava todas as decisões importantes da vida colonial: nomeava funcionários, recebia imposto, controlava o comércio e a exploração, tinha produtos de exclusiva exploração em favor do Rei – Monopólio Régio – cuidava da defesa e da repressão contra aqueles que se opunham ao domínio português.

A administração iniciou-se com um sistema de Capitânicas Hereditárias 1534 e em 1549 ocorre à criação do Governo Geral que buscava centralizar o poder político e auxiliar as capitânicas a prosperar. A formação da população tinha condições de vida distintas: grandes proprietários de terras e de escravos; trabalhadores brancos, mestiços, índios; e negros escravos.

Os investimentos colonizadores são extremamente complexos e arriscados. No Brasil, Portugal vai buscar uma simples adaptação das próprias instituições metropolitanas à realidade colonial.

As relações da monarquia com a nobreza tradicional, com a Igreja e o povo, representado superiormente pela burguesia mercantil, evidenciam o rígido controle burocrático, jurídico, fiscal e militar que o Rei exercia sobre toda a nação. Esta organização política fortemente centralizada em torno do Estado Absolutista será transferida para a colônia durante a montagem da administração do sistema colonial.

Delegando poderes, titulando funcionários, a monarquia portuguesa tentará organizar um aparelho administrativo na colônia, depositário do poder do Estado metropolitano e servidor eficiente de seus interesses. Seu

funcionamento, entretanto, será altamente afetado pelas condições particulares da Colônia, especialmente pela grande extensão territorial.

O Brasil colonial: Período Pré-Colonial

No início do séc.XVI, a hegemonia das nações ibéricas por áreas na América, África e Ásia lhes conferia poder e uma enorme quantidade de riquezas que, efetivamente foram pouco eficientemente empregados em benefício das respectivas nações. As transformações ocorridas a partir das Grandes Navegações não afetaram a posição de destaque social da nobreza e do clero, fato que determinou a forma como essas riquezas seriam investidas.

A Espanha priorizou a extração metalífera na sua principal área colonial, a América, já Portugal, buscou principalmente atuar no lucrativo comércio oriental de especiarias e artigos de luxo, negligenciando dessa forma sua área americana durante os primeiros 30 anos, ficando esse período conhecido como "período Pré-Colonial" ou "período Pré-colonizador".

Nessa fase não houve ocupação do território brasileiro, a única atividade econômica presente foi à extração do Pau-Brasil, feita por particulares e com utilização de mão de obra indígena (escambo). os acampamentos construídos no litoral pelos europeus eram chamados feitorias.

Para que se possa definir uma área com sendo uma colônia, devemos observar as seguintes pré-condições: ocupação do território, defesa, produção de uma administração externa. Negligenciado suas posses, Portugal criou possibilidades práticas para que nações que se julgaram desprestigiadas com o tratado de Tordesilhas, em particular o Estado francês, buscassem consolidar domínios nesse vasto território.

Esse temor português de perder territórios, somado à significativa queda da lucratividade do comércio oriental, tornou inevitável o início do processo no ano de 1530.

1. A América francesa

A monarquia francesa, rejeitando a partilha do mundo pelos ibéricos, procurou estabelecer a núcleos colonizadores na América do Sul. Em 1555, Nicolau Durand de Villegaignon, enviado pelo rei Henrique II, fundou a França Antártica, na região da baía de Guanabara. A maior parte dos colonizadores era composta por protestantes franceses que fugiam das

perseguições dos católicos em sua terra natal. Entre os conquistadores encontravam-se católico André Thevet e o calvinista Jean de Lery, que escreveram dois dos mais interessantes documentos sobre as características das terras americanas e seus primeiros habitantes no século XVI.

Em pouco tempo, as divergências entre seguidores das duas religiões também se manifestam no Novo Mundo, provocando disputas e dissidências em nome da fé. Com a notícia das tensões religiosas vividas nas terras do além-mar, outros colonos sentiram-se desestimulados a atravessar o Atlântico, o que dificultou o desenvolvimento da colônia francesa.

As primeiras expedições portuguesas para a expulsão dos franceses iniciaram-se em 1560. Sob o comando do governador geral Mem de Sá, os franceses foram vencidos e obrigados a refugiarem-se no sertão.

Constatou-se, mais uma vez, que a única possibilidade de defender a região dos franceses e dos índios tamoios, seus aliados, seria o povoamento com esse objetivo, em 1565, Estácio de Sá, sobrinho do governador, fundou a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Os confrontos prolongaram-se por mais dois anos, quando tropas comandadas por Mem de Sá derrotaram definitivamente os franceses.

2. Princípios gerais do mercantilismo

Num sentido amplo, o mercantilismo foi a teoria econômica do crescimento e acumulação capitalista dos tempos da Renovação comercial. Mais precisamente, foi um conjunto de idéias e doutrinas econômicas executadas pelos Estados nacionais europeus para fortalecer-se e enriquecer por meio da atividade comercial, entre os séculos XVI e XVIII. Sua aplicação dependeu muito da disponibilidade de recursos econômicos (metais preciosos, terras férteis, manufaturas, portos, frotas) e sociais (população, mão de obra, desenvolvimento técnico), assim como dos interesses político-estratégicos do momento (política colonial, disputas territoriais e comerciais, guerras, alianças) em cada Estado europeu.

Apesar de aplicada de forma diversa nos diferentes países, alguns princípios gerais foram seguidos pelos executores das políticas mercantilistas: atribuição ao Estado da tarefa de promover os interesses de outros Estados, nações e colônias; crescimento da economia e enriquecimento nacional medido pela acumulação interna de metais preciosos (entesouramento) e pelos superávits da balança comercial (exportação superior à importação); o comércio como atividade mais importante que a agricultura e por isso mais importante que a alfandegária e restrições políticas destinadas a defender o

mercado interno contra os concorrentes estrangeiros; adoção de monopólio como garantia da exploração exclusiva das riquezas coloniais pelas metrópoles.

Alguns países, como a Espanha, que contava com a riqueza metalífera das colônias americanas, concentraram esforços na acumulação de metais preciosos; outros, como a Inglaterra e a Holanda, aproveitaram suas colônias ou as de outras potências para expandir seus lucros com a atividade mercantil e promover o desenvolvimento industrial.

3. O Estado patrimonial

O absolutismo monárquico foi a forma do governo dominante na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Nesse tipo de regime, o poder do Estado e a soberania da nação estavam concentrados na figura do rei.

O rei era também um grande proprietário de terras e outros bens. Em Portugal, ele detinha um enorme patrimônio em terras, mais vasto do que as propriedades da igreja. No século XIV, o conjunto de propriedade do monarca formava uma área três vezes maior do que as terras da nobreza. Esse patrimônio privado se confundia com o patrimônio público do Estado português. Era difícil saber onde terminavam as propriedades do rei - enquanto pessoa privada, senhor de propriedades particulares - e onde começavam os domínios do Estado, os bens públicos.

Assim, muitas das atribuições do Estado (esfera pública) eram tratadas como coisa privada (esfera dos interesses particulares das pessoas) e vice-versa. Por exemplo, o rei pagava certos funcionários do Estado com recursos que provinham de suas terras particulares. Do mesmo modo, despesas pessoais da família real eram financiadas com o dinheiro público, arrecadado na forma de impostos. Tratava-se, portanto, de um Estado patrimonialista, isto é, de um tipo de Estado em que a esfera pública se confunde com a esfera privada.

Esse tipo de Estado era regra na Europa da época, como explica Raimundo Faoro no livro *Os donos do poder*, "tudo parte das origens: o rei é o senhor das terras, das minas e do comércio, no círculo patrimonialista em que se consolidou e se expandiu o reino". Foi dessa forma, e com essa concepção patrimonialista, que se estruturou o poder político na colônia portuguesa.

O Brasil colonial: A colonização de exploração

A organização administrativa inicialmente foi montada de forma descentralizada, através do sistema de capitânias Hereditárias: o território foi dividido em lotes e

concedido a pessoas interessadas em vir colonizar a terra com seus próprios recursos.

Dois documentos regiam o sistema: as Cartas de Doação e os forais. A Carta de Doação é o documento através do qual o governo concedia o lote ao donatário e especificava quais os poderes de que ele estava investido. O Foral determinava os direitos e os deveres dos donatários.

A experiência não surtiu os efeitos esperados. Diversos problemas impediram o êxito das capitanias, pois apenas duas conseguiram certo resultado econômico.

Dentre as 13 capitanias (15 lotes), apenas São Vicente e Pernambuco superaram problemas como ataque indígenas, elevados custos dos investimentos iniciais, distancia da metrópole, etc .

Modificou-se, então, o projeto descentralizador, com a criação do Governo Geral (1548), encarregado de prover apoio e coordenação às capitanias. O governador-geral seria auxiliado pelo Provedor-Mor (finanças), o Ouvidor-Mor (justiça), o Capitão- Mor- da costa (Defesa).

Salvo breves percalços administrativos, o poder político no Brasil manteve-se centralizado por todo período colonial.

Com a finalidade de superar as dificuldades das capitanias e centralizar a política e administrativamente a colônia. D. João III, em 1548, criou o Governo Geral. Essa centralização foi necessária para impedir o abuso de poder por parte dos donatários, combater mais eficientemente a pirataria, e deter as hostilidades dos indígenas e incentivar a economia. Algumas atribuições dos donatários passaram para a nova autoridade, mas as capitanias continuaram existindo normalmente (sobreviveram até o século XVIII). Além do cargo de Governador Geral, outros cargos foram criados, como o de Provedor-mor, encarregados da administração e arrecadação; o de Capitão- mor da costa, responsável pela defesa do litoral, além de outros cargos menores.

O Governador Geral administrava de acordo com Regimento e com as novas instruções que vinham de Portugal. Havia órgãos especializados, como as intendências e as Mesas de Inspeção, subordinadas diretamente à metrópole, não sofrendo interferências das autoridades constituídas na colônia. Sua função era essencialmente fiscalizadora e/ou tributária.

O sistema do Governo Geral perdurou até a vinda da família real portuguesa, em 1808, apesar de algumas tentativas de divisão que ocorreram. A primeira foi a divisão em dois governos, um na Bahia e outro no Rio de Janeiro, de 1573 a 1578.

Em 1621 foi criado o Estado do Maranhão, território que ia do Ceara até o

extremo norte. O Estado do Brasil compreendia o restante da colônia. Em 1737, o Estado do Maranhão foi substituído pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, que foi absorvido em 1774 pelo Brasil. A partir de 1720 os governadores gerais passaram a utilizar o título de vice-rei.

Em 1763, a capital da colônia foi transferida para o Rio de Janeiro, principalmente devido à exploração do ouro e às questões fronteiriças no sul.

Em termos administrativos, todos os sistemas apresentavam baixa eficiência, pois toda essa organização político-administrativa era formal, teórica. Na prática o poder político estava situado nos engenhos, isto estaria exemplificado nas Câmaras Municipais, órgãos administrativos organizados em cada vila (Município) que eram controladas pelos "Homens Bons" (grandes proprietários) com a incumbência de administrar a cobrança de impostos, defender a vila, aplicar justiça, etc. Essas câmaras executavam uma política que atendia aos interesses da classe dominante colonial.

B - O Bandeirantismo

Bandeirantes eram, na sua maioria, colonos da capitania de São Vicente (Vicentinos ou Paulistas). Empobrecidos pela estagnação econômica da capitania, durante os séculos XVII e XVIII organizaram sucessivas expedições pelo interior do país. Buscavam apresar índios (vendidos como escravos), encontrar metais preciosos e destruir quilombos.

Suas expedições (entradas oficiais, bandeiras-particulares) contribuíram decisivamente para o alargamento das fronteiras do Brasil.

C - A Organização Econômica

O Brasil, colônia de exploração, teve sua organização econômica regulamentada pelas normas do mercantilismo.

No contexto do sistema colonial, a metropolitana. Devia fornecer produtos primários e consumir manufaturados da metrópole.

Como não havia sinais concretos da existência de metais preciosos, a exploração foi viabilizada pela cana-de-açúcar.

C.1 A empresa açucareira: os fatores tradicionalmente apontados como responsáveis pelo êxito dessa empresa são: o interesse do mercado externo; a experiência dos portugueses, a qualidade dos solos e as condições climáticas do território brasileiro; a participação holandesa, através do financiamento, refino e distribuição do açúcar na Europa.

A produção se estruturou no já famoso "tripé": monocultura, latifúndio, escravidão. São Vicente foi à primeira capitania

onde se fez o cultivo da cana, mas o Nordeste (Pernambuco e Bahia principalmente) tornou-se cedo à região mais destacada na empresa açucareira.

AS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR ORGANIZAVAM-SE NOS MOLDES DA PLANTATION.

AS RAZÕES DA DECADÊNCIA DA ATIVIDADE AÇUCAREIRA PRENDEM-SE À UNIÃO IBÉRICA (1580-1640).

Em 1580 Portugal caiu sob domínio da Espanha, que se transformou na virtual "Dona" do Brasil. Em guerra com a Holanda, os espanhóis proibiram os holandeses de continuarem comercializando o açúcar brasileiro. Sem outra alternativa, os holandeses invadiram o nordeste brasileiro em 1624 na Bahia e em 1630 em Pernambuco. Quando foram expulsos em 1654 (Insurreição Pernambucana), os holandeses deram início à produção de açúcar nas Antilhas. A qualidade e a quantidade de açúcar antilhano/holandês jogaram para baixo o preço do açúcar no mercado internacional e desestruturaram a atividade açucareira brasileira.

C.2 A mineração: entre 1693 e 1760, na região atualmente compreendida pelos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, teve lugar a extração do ouro e dos diamantes. De imediato esta região, até então inexplorada, recebeu um extraordinário afluxo de pessoas, vindas da metrópole e de outras regiões da colônia, originando um conflito de interesse com os paulistas, do qual redundou a Guerra dos Emboabas, considerada uma rebelião nativista.

Para administrar a região mineradora, a metrópole criou, em 1702, a Intendência das minas, órgão presente em cada uma das capitanias de onde se extraía ouro, visando controlar de perto a exploração aurífera. A Intendência era constituída por um guarda-mor e auxiliares submetidos diretamente à Coroa. Era responsável pela distribuição dos lotes a serem explorados, chamados de data, e pela cobrança de 20% do ouro encontrado pelos mineradores, imposto conhecido como quinto. As datas eram distribuídas segundo a capacidade de explorar do minerador; avaliada em número de escravos.

Apesar do controle imposto pelas autoridades metropolitanas, o contrabando era intenso e, para coibi-lo, a coroa proibiu a circulação de ouro em pó e em pepitas, criando em 1720, as casas de fundição. Todo o ouro encontrado nas lavras - grandes minas - ou garimpos, onde era feita a fiação nas areias dos rios, tinha a ser entregue nesses locais, onde era derretido, quitado (ou seja, era lhe extraído quinto pertencente à Coroa) transformado em barras. Contra a instalação das casas de fundição houve a Revolta de Vila Rica.

Aprofundamento ainda mais o controle fiscal, sobretudo quando a exploração aurífera começou a dar sinais de esgotamento, o governo português fixou em 100 arrobas de ouro (1.468,9 kg) anuais o mínimo a ser arrecadado em cada município como pagamento do quinto. Para garantir a arrecadação do montante, foi instituída a derrama: a cobrança dos impostos à população seria efetuada pelos soldados portugueses, chamados de dragões, que estavam autorizados a invadir casas e tomar tudo que tivesse valor, a fim de completar as 100 arrobas devidas à metrópole. Essa prática portuguesa deixou rastro de insatisfação da colônia. Todo o arrocho fiscalizador conseguiu temporariamente diminuir o tráfico ilegal, mas nunca suprimiu por completo. De qualquer modo, aliviou por algum tempo as dificuldades financeiras de Portugal.

A descoberta de diamantes em 1729, no arraial do Tijuco, hoje Diamantina, em Minas Gerais, levou Portugal a adotar uma fiscalização apropriada à extração diamantífera. Inicialmente, dada à dificuldade em se quintar o diamante, a metrópole determinou a expulsão dos mineiros da região e arrendou a exploração a empresários, chamados contratadores, indivíduos que antecipavam parte dos lucros à coroa e recebiam assumir a exploração do diamante, estabelecendo a real extração.

A partir da segunda metade do século XVIII, devido ao esgotamento das jazidas e ao uso de técnicas rudimentares, incapazes de uma prospecção mais profunda no subsolo, iniciou-se a decadência da produção de ouro no Brasil. O período situado entre 1740 e 1770 correspondeu ao apogeu da exploração das minas, e o ano de 1754 registrou a maior produção de ouro. A partir da década de 1770, verificou-se o declínio da atividade, que se tornou cada vez menos atraente.

O ouro, enviado para a Metrópole, lá não permaneceu, pois teve que ser enviado à Inglaterra, devido aos termos do Tratado de Methuen, assinado em 1703.

Por este tratado Portugal, sem impostos alfandegários, vendia vinho na Inglaterra e comprava desse país tecidos. Em função deste tratado, Portugal transferiu riqueza considerável (ouro Brasileiro) para a Inglaterra atrasou sua Revolução Industrial. A assinatura desse trato, em Portugal, foi responsabilidade de comerciantes revendedores dos tecidos britânicos e da nobreza produtora de vinho; na Inglaterra, foi responsabilidade da burguesia mercantil e manufatureira.

C.3 Atividades auxiliares:

Atividades que serviam de suporte para as atividades consideradas prioritárias no esquema mercantilista português.

Pecuária:

O gado foi criado no Brasil para garantir alimentação nas regiões de açúcar e de ouro, além de meio de transporte e força motriz nos engenhos. É considerada a atividade importante para interiorização do país.

Tabaco e Aguardente:

Produtos considerados auxiliares da atividade açucareira. Foram largamente utilizados no comércio negro (escambo africano).

Drogas do Sertão:

Base econômica para a ocupação da Amazônia, as drogas do sertão envolviam o cacau, o guaraná a pimenta, o cravo, etc.

Algodão:

Cultivado no Maranhão, viveu seu melhor momento no final do século XVIII (período pombalino). Seu apogeu foi curto e logo entrou em decadência.

D- A Época Pombalina (1750-1777)

Em Portugal destacou-se a atuação do ministro do rei D. José I, Sebastião José Carvalho e Melo, o marquês de pombal (1750-1777), um déspota esclarecido.

Pombal, percebendo a extrema dependência econômica de seu país em relação à Inglaterra, até porque foi embaixador naquele país, procurou-se em reequilibrar a deficitária balança comercial lusa, adotando medidas que, de um lado foram uma maior eficiência administrativa desenvolvimento econômico no reino, de outro, reforçaram as práticas mercantilistas no que se refere ao Brasil.

Assumido os ideais iluministas no reino, Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e colônias (1759).

A expulsão dos jesuítas visava ao fim da autonomia dessa ordem religiosa frente a Coroa, um estado dentro do Estado, como se dizia, subordinando a Igreja ao governo, além disso, a ação dos jesuítas espanhóis contra as autoridades portuguesas no Sul do Brasil, por ocasião da assinatura do tratado de Madri (1750), levou à Guerra guaranítica, mais um elemento que estimulou Pombal a expulsá-los do reino.

Como todo o ensino colonial dependia da companhia de Jesus, sua expulsão criou um vazio educacional, levando Pombal a criar o subsídio literário, imposto para custear a educação assumida pelo Estado metropolitano-as aulas régias.

Acreditando na importância de se

integrar os índios ao domínio luso, para consolidar as fronteiras brasileiras, Pombal determinou ainda a extinção da escravidão indígena em 1757, transformando algumas aldeias em vilas, especialmente na Amazônia, visando incorporar esses territórios à administração portuguesa. Nessa região, porém, a expulsão dos jesuítas trouxe mais dificuldades do que integração ao domínio metropolitano. Com esse mesmo objetivo, ministro de D. José I procurou estimular os casamentos entre colonos e índios.

O marquês determinou a supressão da distinção entre "cristãos-velhos" e "cristãos-novos" (descendentes de judeus), objetivando favorecer a integração destes últimos no reino, dada a sua sempre importante atuação econômica e social tanto em Portugal quanto no Brasil. Pombal tentou também fomentar a produção manufatureira, especialmente em Portugal, sem grande sucesso, é bom lembrar, e combateu duramente o contrabando colonial.

Entre as inúmeras dificuldades que teve de enfrentar durante seu governo, deve-se registrar o grande terremoto de 1755, que destruiu parte da cidade de Lisboa, e o declínio da produção de ouro no Brasil. A Coroa viu-se obrigada a ampliar os gastos para reconstruir a capital do reino, ao mesmo tempo em que diminuía o ingresso de recursos.

Para a reconstrução de Lisboa, Pombal recorreu ao aumento de tributos.

Na colônia, Pombal extinguiu definitivamente as capitâncias hereditárias, comprando e confiscando os territórios dos poucos donatários das capitâncias da Coroa. Também criou a Companhia Geral do comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1779). Procurava assim controlar o comércio colonial a aumentar as rendas da Coroa.

Em termos administrativos, criou cargos e órgãos, visando à racionalização burocrática, e transferiu a capital colonial de Salvador para Rio de Janeiro, a fim de fiscalizar com rigor a exportação do ouro. Foi ainda Pombal quem aumentou e zelou pela cobrança dos impostos devidos à metrópole, efetivando a primeira derrama (1762-1763); pouco depois, estabeleceu o controle real sobre a exploração de diamantes. Após a morte do rei D. José I, Pombal deixou o ministério e seus opositores assumiram o governo, anulando muitas de suas realizações. Logo foram extintas as companhias de comércio e publicado o Alvará de 1785, que proibia a instalação e funcionamento de manufatura na colônia. As poucas existentes foram fechadas e a população viu-se novamente obrigada a recorrer às caras manufaturadas importadas.

E - A produção Manufatureira

Durante a maior parte do período colonial, Portugal reprimiu a instalação de manufaturas no Brasil. Fazia isso para confirmar a vocação de produtora de gêneros primários de sua colônia, bem como de consumidora dos produtos manufaturados portugueses. Não podemos nos esquecer no caráter complementar da economia brasileira colonial em relação à economia portuguesa metropolitana.

O melhor exemplo desse comportamento português foi o "Alvará de 1785", quando Dona Maria I, rainha de Portugal proibiu expressamente a presença de fábricas e manufaturadas em todo território brasileiro (exceção feita para sacos de roupa e escravos).

F- As Revoltas Nativistas

As primeiras rebeliões contra o domínio português são denominadas de Revoltas Nativistas. Tais movimentos não visavam a emancipação do país ou região. Constituíram-se em protestos de determinados grupos contra a opressão metropolitana.

Os principais exemplos de revoltas são a Revolta de Beckman (Maranhão, 1684), a Guerra dos Emboabas (MG, 1709), a Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710) e a Revolta de Vila Rica (MG, 1720).

Revolta de Beckman: fazendeiros do Maranhão, liderados pelos irmãos Beckman (Manuel e Thomas), revoltaram-se contra os jesuítas (impediram a escravização dos índios) e contra a Companhia Geral do Comércio do Maranhão (monopolizava o comércio da região). Em 1684 os revoltosos chegaram a ocupar a cidade de São Luís por quase um ano. Portugal reprimiu com violência, o movimento foi vencido e seus líderes foram enforcados.

Guerra dos Emboabas: bandeirantes vicentinos que primeiro ocuparam a região aurífera de Minas Gerais, tentaram impedir que forasteiros (chamados emboabas) também se estabelecessem na região. Em 1709, mediante intervenção portuguesa, os bandeirantes, derrotados, partiram para Goiás e Mato Grosso. Para melhor administrar a região, o governo português dividiu-se em: Capitânicas de São Paulo e Minas Gerais e capitania do Rio de Janeiro.

Guerra dos Mascates: conflito envolvendo fazendeiros de Olinda e comerciantes (mascates) de Recife. Olinda era o centro político de Pernambuco, contando com uma câmara de Vereadores. Economicamente estava em

decadência. Em 1709, os comerciantes de Recife, em Ascensão econômica, conseguiram da Coroa sua emancipação política, com condições de organizar sua câmara de vereadores. Os olindenses, sentindo-se prejudicados, invadiram Recife. Em 1710 o conflito terminou e a rica Recife passou a ser o centro administrativo de Pernambuco.

Revolta de Vila Rica: também conhecida como Revolta de Felipe dos Santos, foi um conflito envolvendo a Coroa portuguesa e mineradores que não aceitavam a instalação das "Casas de Fundição" na região aurífera de Minas Gerais. O movimento foi duramente reprimido e seu líder, Filipe dos Santos, enforcado e esquartejado. As "Casas de Fundição" foram instaladas e a Capitania de Minas Gerais foi separada da capitania de São Paulo.

G - A Organização Social

A sociedade experimentou grandes mudanças, em virtude das diferentes circunstâncias vividas pela economia colonial. Na região açucareira, polarizou-se em dois grupos bem distintos: senhores e escravos. Existiam outros elementos, é claro, mas não chegavam a constituir classes definidas. Possuía um caráter aristocratizante, rural e imóvel. A nível familiar, predominava o patriarcalismo.

Nas regiões de pecuária, era possível uma razoável mobilidade, uma vez que os vaqueiros podiam, com o tempo, estabelecer-se como proprietários.

Na região mineira, encontramos uma sociedade predominantemente urbana, com um caráter relativamente democratizante, devido principalmente à existência de um grupo médio, constituído por tropeiros, comerciantes, elementos do clero, funcionários, profissionais liberais, artistas e artesãos. O patriarcalismo continuava, mas não tão rigoroso quanto no Nordeste.

H - CONJURAÇÕES

Na segunda metade do século XVIII encontraram-se novos movimentos de rebeldia, denominados "Conjurações" ou "Inconfidências", destacando-se aquelas que ocorreram em Minas (1789) e na Bahia (1798). Essa última é também conhecida como "Conjuração dos Alfaiates".

Os projetos dos conjurados mineiros e baianos apresentavam semelhantes: independência da capitania, república e diferenças, resultantes, sobretudo da configuração social do movimento (elitistas, em Minas; essencialmente popular na Bahia). Enquanto os mineiros pretendiam criar uma universidade, os baianos pretendiam a abolição

da escravidão, a liberdade comercial, a nacionalização do comércio.

Idêntico destino aguardou os movimentos inconfidentes: denúncias, prisões, e a violência expressa na morte de Tiradentes, em Minas, de Lucas Dantas, Luiz Gonzaga das Virgens, Manuel Faustino e João de Deus Nascimento, na Bahia.

Devemos ressaltar aqui que o termo inconfidência ("traição") não nos parece correto. Preferimos a utilização do termo conjuração ("revolta", "levante"). taxar os revoltosos e baianos de "traidores" é reproduzir a ideologia colonialista, adequada, naquele contexto, aos interesses da metrópole lusitana.

I - A Escravidão

A adoção de trabalho livre na colônia implicaria em salários tão elevados que inviabilizariam a empresa colonizadora. A saída encontrada foi a escravidão, que na idade moderna teve caráter essencialmente racial.

Durante o período colonial índios nativos foram utilizados como escravos, mas a escravidão que predominou foi a dos negros africanos. Esta "superioridade" negra deve-se à defesa da liberdade indígena feita pela Igreja Católica, à maior especialização dos africanos e, principalmente, à lucratividade do tráfico negreiro.

No Brasil, os negros reagiram a incessantemente à escravidão com suicídios, assassinatos e fugas para o mais conhecido dos quilombos dos Palmares em Alagoas, liderados por Zumbi, principal referência do movimento negro brasileiro contemporâneo.

Durante o período colonial brasileiro foi relativamente comum estabelecimento de uma relação informal entre senhores e escravos, intitulada Brecha Camponesa.

Por ela, o senhor cedia um dia de folga semanal aos escravos, bom como um pedaço de terra onde eles pudessem cultivar à vontade.

Esta "concessão" era na verdade mais um mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista. Com ela, o senhor "acalmava" os escravos, iludidos com aquela pequena e falsa liberdade e garantia a produção de gêneros alimentícios, diminuindo os custos de manutenção da escravaria.

As mais recentes pesquisas sobre o escravismo brasileiro tem demonstrado que é a relação entre senhores e escravos envolvia a violência mais também um rico espaço de negociação, informal e cotidiano, nesse sentido é importante destacarmos também que a reação dos escravos não se dava apenas por atos de ruptura radical com o sistema; havia diversas formas de resistência

através das quais escravos conseguiram melhores condições de vida e mesmo de respeito.

J - A produção Cultural

O interesse cultural não era dos mais expressivos, não de constituído numa prioridade do governo português. Eram proibidas as escolas superiores e a imprensa.

Poucas instituições culturais foram criadas na colônia, valendo destacar as escolas jesuíticas, organizadas com finalidades catequéticas.

As manifestações culturais dos índios e dos africanos eram severamente reprimidas.

Assim, as manifestações culturais que ocorrem nos dois primeiros séculos de colonização guardam uma marca inequívoca: elas são pensadas em Portugal e transplantadas para a colônia. Somente no século XVIII, na região mineradora, é que se verifica algo novo, em função das especificidades da região e do tipo de vida que lá existiu. É a época do chamado Barroco Mineiro, cujo nome mais expressivo foi o de Aleijadinho. Na literatura, destaque para arcadismo.

K - A Religião no Brasil Colônia

A Igreja Católica chegou ao Brasil em 1500, com Pedro Álvares Cabral, e daqui não mais saiu. Sua história é feita de autoridade, dominação, piedade, coragem e hipocrisia.

A empresa colonizadora no Brasil foi conduzida pela parceria Estado Português e Igreja católica.

Os primeiros missionários que pisaram em solo brasileiro foram os franciscanos (com Cabral), mas a catequese da colônia foi responsabilidade principalmente dos jesuítas que chegaram ao país em 1549.

Até serem expulsos, em 1759, pelo marquês de Pombal, os jesuítas foram os maiores responsáveis pela educação e pela evangelização na colônia. Foram indiscutivelmente os maiores obstáculos à escravidão dos indígenas, mas se omitiram com relação dos negros africanos.

Após varrer as reduções próximas à vila de São Paulo, os Paulistas atacaram as missões de Itatim e Guairá, fundadas por jesuítas espanhóis, levando seus habitantes a se deslocarem para o Sul, onde organizaram as reduções de Tape. Aos novos ataques os índios responderam com armas de fogo, derrotando os paulistas na Batalha de M'bororé em 1641. Mesmo assim, as reduções ficaram arrasadas e seus habitantes tiveram de se deslocar, desta vez para além do rio Uruguai. Os rebanhos que eram

criados em Tape espalharam-se e reproduziu-se livremente nas pastagens naturais, dando origem a Vacaria del Mar, manadas de gado selvagem que se encontraram no atual do Rio Grande do Sul e no Uruguai. Ao final do século, jesuítas e índios atravessaram mais uma vez a região, fundando os chamados "Sete Povos das Missões".

No Norte, além das incursões dos temidos paulistas, as reduções enfrentaram o assédio dos colonos da própria região. Após uma série de conflitos entre jesuítas e colonos laicos, em 1684 iniciou-se a Revolta de Beckman, na quais senhores de engenho tomaram o poder no Maranhão e expulsaram os membros da Companhia de Jesus. Os colonos alegavam e os jesuítas impediam a escravização dos nativos e a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão, criada em 1682, não supria suficientemente a região com escravos africanos. Os irmãos Beckman foram enforcados e muitos participantes foram degradados para outras partes do império português.

Uma verdadeira campanha de extermínio dos índios janduíis contou com a participação dos paulistas. Aliados dos holandeses, os janduíis mantiveram hostilidades com os portugueses, sendo liquidados por sucessivas incursões que contaram com a presença de Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida.

Com relação à presença protestante no Brasil colônia, podemos destacar dois movimentos: de 1555 a 1560, quando o almirante francês Nicolau de Villegaignon fundou uma colônia huguenote (calvinista) no Rio de Janeiro ("França Antártica") e de 1630 a 1654, quando Pernambuco esteve sob domínio dos holandeses huguenotes. Nesse último caso destacada também a plena liberdade religiosa garantida pelos holandeses.

A despeito dessas manifestações protestantes, a maior preocupação na Igreja católica no período colonial sempre foi coibir o judaísmo.

Muitos judeus ibéricos haviam se convertido à força, ao catolicismo. Eram chamados "cristãos-novos". Perseguidos na Europa migraram para o Brasil.

Para garantir que esses "cristãos-novos" não voltassem a praticar o judaísmo, Portugal enviou para a colônia o "Visitador do Santo Ofício".

Este inquisidor esteve no Brasil em diversas oportunidades para combater as heresias (especialmente o judaísmo) e zelar pela fé e moral dos católicos da colônia.

Esses momentos eram de terror e insegurança. Detalhes sutis revelavam a "falta" ao "visitador": recusar-se comer carne de porco, não ir a missa aos domingos, vestir roupas limpas aos

sábados, comer em mesa baixa, etc.

Caso o inquisidor se convencesse da "culpa", o indivíduo era condenado a penas que iam de simples penitências (assistir missa de pé, rezar terços de joelhos, etc.) à execução na fogueira.

As religiões africanas foram também proibidas e desqualificadas, reduzidas à mera feitiçaria.

Em linhas gerais, a Igreja Católica agiu na defesa de seus interesses e crenças. Foi intolerante com as diferenças, mas heróica na luta contra a escravidão indígena.

L - O Período Joanino (1808-1821)

A fuga da família real de Portugal transformou o Brasil na sede político-administrativa do Império luso. Tinha início à luta da população portuguesa, que, graças ao apoio inglês, venceu diversas vezes as tropas invasoras napoleônicas, impossibilitando sua efetiva vitória e ocupação integral do território luso.

A frota que trazia a família real portuguesa aportou em Salvador a 22 de janeiro de 1808, seguindo depois para o Rio de Janeiro. Ainda em Salvador, dias depois de sua chegada, D. João decretou a abertura dos portos às nações amigas.

Esta medida punha fim ao Pacto colonial que prendia o Brasil exclusivamente a Portugal. Se o Brasil não estava mais preso à metrópole pelo Pacto Colonial, na prática não era mais uma colônia.

Portanto, podemos afirmar que nosso país ficou oficialmente independente de Portugal em 1822, mas, na prática, deixou de ser colônia em 1808, quando ganhou o direito de comercializar com o resto do mundo.

Ainda em 1808, D. João também revogou a proibição, imposta em 1785, de se instalarem indústrias no Brasil. Tal medida, no entanto, não foi suficiente para promover um surto manufatureiro na colônia dado a impossibilidade de nossos produtos concorrerem com a poderosa e capacitada indústria inglesa, que abastecia o mercado brasileiro com abundância de produtos a baixos preços.

Em seguida, ampliando ainda mais seu predomínio econômico sobre o Brasil, a Inglaterra obrigou Portugal a assinar os tratados de 1810, entre os quais destacaram o tratado de comércio e navegação e o tratado de Aliança e Amizade. Esses acordos garantiam à Inglaterra privilégios na venda de seus produtos ao Brasil, que pagavam 15% de imposto de importação, enquanto as mercadorias portuguesas pagariam 16% e as dos demais países, 24%. Os ingleses superavam os próprios portugueses nos privilégios comerciais sobre o Brasil.

D. João transformou o Rio de Janeiro na capital do império luso e quis dar à cidade um

ar europeu, digno da sede de uma monarquia. Para isso, criou órgãos públicos, como ministério e tribunais, e fundou a Casa da Moeda e o Banco do Brasil. Também buscou estimular a produção artística, científica e cultural através da criação do Jardim Botânico, e das escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, do Teatro Real, da Imprensa Real, da Academia Real Militar, da Academia Real de Belas Artes, da Biblioteca Real, além de patrocinar a vinda de artistas europeus que retratassem a paisagem e costumes brasileiros.

Na política externa, D. João conquistou o Uruguai, transformando-o na Província Cisplatina, estendendo as fronteiras brasileiras até o rio da Prata. Somente em 1828 o Uruguai conseguiria a sua independência, separando-se do Brasil.

Em fevereiro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, deixando oficialmente de ser colônia, medida acertada no Congresso de Viena, reunião das potências que venceram Bonaparte. Com isso, buscou-se restabelecer o equilíbrio de forças na Europa e legitimar a permanência de D. João no Rio de Janeiro.

O aumento das despesas, oriundo da presença da corte portuguesa no Brasil, acarretou crescente tributação sobre a população brasileira, o que somado ao anseio de liberdade política e às dificuldades econômicas vivenciadas pelo Nordeste, detonou, em 1817, a insurreição Pernambucana, violentamente esmagada pelas tropas governamentais.

No ano seguinte, faleceu a rainha D. Maria I e o príncipe-regente foi coroado rei, com título de D. João VI.

Enquanto isso, em Portugal, mesmo com a expulsão dos franceses, ampliavam-se cada vez mais com as dificuldades econômicas e, dada a ausência do monarca, o governo local era exercido efetivamente pelo comandante militar inglês, Lord Beresford. Essa situação e a difusão intensa dos ideais iluministas determinaram a eclosão, na cidade do Porto, em 1820, de uma revolução liberal. A luta anti- absolutista, ganhava força na Europa e os princípios constitucionais eram proclamados vários pontos do continente. Em Portugal, os rebeldes do Porto decidiram pela convocação das Cortes, Assembléia encarregada de redigir uma Constituição para Portugal. Ao mesmo tempo, exigiram o imediato regresso de D. João VI e o afastamento de Beresford.

O sucesso da Revolução Liberal do Porto e o receio de perder a Coroa obrigaram D. João VI a retornar a Portugal em abril de 1821, deixando seu filho D. Pedro como príncipe-regente do Brasil. Antes de partir, pressentindo a possibilidade de Brasil se separar de Portugal, D. João VI aconselha D. Pedro a assumir a liderança de um movimento caso os brasileiros se manifestassem pela independência, dizendo ao filho: "Pedro, se o

Brasil se separar, antes seja para ti, que hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros".

As cortes portuguesas, de um lado, defendiam o liberalismo em Portugal, reformulando a estrutura política lusa segundo os princípios europeus; de outro, no entanto, vislumbravam que a solução para suas dificuldades econômicas passava pelo restabelecimento do pacto colonial. Para isso, procuraram instituir medidas visando à recolonização do Brasil, como restaurar antigos monopólios, reimplantar privilégios portugueses e anular a autonomia administrativa representada pelos diversos órgãos criados por D. João durante sua permanência no Rio de Janeiro e pela regência do príncipe D. Pedro. Ordens vindas de Lisboa promoveram a transferência de várias repartições governamentais e exigiram o imediato regresso de D. Pedro a Portugal, sob a justificativa de que era preciso completar sua formação cultural.

Tais medidas foram mal-recebidas pelos brasileiros, que perceberam as reais intenções das cortes de Lisboa e não estavam dispostos a retornar à situação anterior a 1808. Tudo isso acelerou o processo de ruptura entre Brasil e Portugal.

LEITURA COMPLEMENTAR

1. O Tratado de Methuen

"O Artigo 1º- Sua Sarada Majestade E1- Rei de Portugal promete, tanto em seu próprio nome como nos dos Seus Sucessores, admitir para sempre de aqui em diante, no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício da Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo 2º- É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e de seus sucessores, será obrigada para sempre, de aqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha os vinhos de produtos de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os Reinos da Inglaterra e da França) não se poderá exigir direitos alfandegários nestes vinhos, debaixo de qualquer outro título direta ou indiretamente, ou sejam transportados pela Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer vasilha que seja, mais que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito de costume. (...)

Artigo 3º- O Exmo. Senhores Plenipotenciários prometem e tomam entre si,

que Seus Amos acima mencionados, retificarão este tratado, e que dentro de termo de dois meses se passarão as ratificações.

17 de
Dezembro de 1703".

2. O Ouro Brasileiro e a Revolução Industrial

"A partir de 1750-60, a produção mineradora começou a declinar". Tal mudança articulada a outros elementos determinou a retomada da política colbertista durante a administração do Marquês de Pombal, secretário de estado de D. José 1.

Com o objetivo de libertar a economia portuguesa da dominação britânica e tornar mais autônomo o Estado Português, Pombal tomou medidas muito severas para impedir a evasão de capitais: protecionismo alfandegário, estimulou às manufaturas, companhias de comércio, instalação de refinarias de açúcar, abolição de escravidão em Portugal, para aumentar o mercado de consumo. Todas essas iniciativas foram impostas mercê de um enrijecimento das práticas repressivas do Estado, que atingiram os setores sociais oposicionistas. No entanto, a partir de 1777 quando passou a governar D Maria 1, a pressão inglesa articulada ao grupo mercantil e à classe feudal portuguesa, determinou um novo abandono do colbertismo e a restauração dos dispositivos do Tratado de Methuen. Essa mudança teve o nome popular de A Viradeira. O tratado de Methuen legalizou uma saída constante de capitais de Portugal para a Inglaterra. O ouro e o diamante brasileiro sustentaram as importações de produtos ingleses e promoveram uma acumulação primitiva de capital que permitiu à burguesia manufatureira britânica aplicar recursos em inovações técnicas de que resultou a Revolução Industrial".

3. Alvará de 1785

"Eu, a Rainha, faço saber aos que este alvará virem: Que sendo-me presente o grande número de fábricas, Manufatureiras, de que alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura e da lavoura, e da exploração das Terras Mineiras daquele vasto continente; por que havendo Nele uma grande, e conhecida falta de População, é evidente que quanto mais se multiplicar o número dos Fabricantes mais diminuirá o dos Cultivadores, e menos braços haverá, se possam empregar no descobrimento e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta e desconhecida (...)

Em consideração de tudo o referido:

Hei por bem ordenar, que todas as Fábricas, Manufaturas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro, e Prata: de Veludo, Brilhantes, Cetins, Tafetás, ou de outra qualquer de Seda; de Belbutes, Chitas, Bombazinas, Fustões, ou de outra qualquer qualidade de Fazenda de algodão, ou de linho branca ou de cores (...)excetuando-se tão-somente aqueles dos ditos teares e manufaturas, em que se tecem ou manufaturam, Fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros, para enfardar, e empacotar Fazendas, e para outros ministérios abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus Domínios do Brasil (...) dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 5 de Janeiro de 1785".

4. A Organização Social dos Engenhos

"A estrutura social da área de produção açucareira constituiu-se em um exemplo clássico das formas de dominação colonialista. O engenho e ao organismo social que formava a base do poder econômico, jurídico-político e ideológico desse setor da classe produtora escravista.

A propriedade do engenho assegurava ao seu beneficiário principal o uso pleno e livre disposição sobre os meios de produção com a sua respectiva expressão de legitimidade jurídica. O poder conferido pela capacidade de acionamento daquele organismo social, permitia ao senhor de engenho impor a sua dominância aos demais grupos subordinados: plantadores de cana, moradores, trabalhadores assalariados, escravos e prestadores de serviços. O engenho, portanto, era uma estrutura complexa cuja importância não se reduzia apenas às suas funções produtivas. Como organismo social que articulava meios de produção, trabalhadores diretos e não diretos, proprietários subordinados, posseiros e agentes não-produtivos, o engenho era uma expressão do poder jurídico político-militar. O poder, como relação social mais ampla do que a propriedade articulava diversos aspectos da divisão social do trabalho, referentes à sua instância coatora. Assim é que os elementos de um engenho estavam submetidos a um código doméstico, verdadeiro direito costumeiro, além dos regimentos que organizavam as relações com os escravos. Na prática, a atuação destes procedimentos jurídicos particulares possuíam uma eficácia que excedia de muito a das distantes Ordenações do Reino".

LEITURAS COMPLEMENTARES E EXERCÍCIOS

: MINEIRAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

INTRODUÇÃO

Desde o final do século XVI na capitânia de São Vicente, o Brasil já tinha conhecido uma escassa exploração mineral do chamado ouro de lavagem, que em razão da baixa rentabilidade, foi rapidamente abandonada. Somente no século XVIII é que a mineração realmente passou a dominar o cenário brasileiro, intensificando a vida urbana da colônia, além de ter promovido uma sociedade menos aristocrática em relação ao período anterior, representado pelo ruralismo açucareiro.



(O mapa foi tirado do livro Nova História Crítica do Brasil de Mário Schmidt da editora Nova Geração)

A mineração, marcada pela extração de ouro e diamantes nas regiões de Goiás, Mato Grosso e principalmente Minas Gerais, atingiu o apogeu entre os anos de 1750 e 1770, justamente no período em que a Inglaterra se industrializava e se consolidava como uma potência hegemônica, exercendo uma influência econômica cada vez maior sobre Portugal.

CONTEXTO INGLATERRA/PORTUGAL

Em contrapartida ao desenvolvimento econômico da Inglaterra, Portugal enfrentava enormes dificuldades econômicas e financeiras

com a perda de seus domínios no Oriente e na África, após 60 anos de domínio espanhol durante a União Ibérica (1580-1640). Dos vários tratados que comprovam a crescente dependência portuguesa em relação à Inglaterra, destaca-se o Tratado de Methuem (Panos e Vinhos) em 1703, pelo qual Portugal é obrigado a adquirir os tecidos da Inglaterra e essa, os vinhos portugueses. Para Portugal, esse acordo liquidou com as manufaturas e agravou o acentuado déficit na balança comercial, onde o valor das importações (tecidos ingleses) irá superar o das exportações (vinhos). É importante notar que o Tratado de Methuem ocorreu alguns anos depois da descoberta das primeiras grandes jazidas de ouro em Minas Gerais, e que bem antes de sua assinatura as importações inglesas já arruinavam as manufaturas portuguesas. O tratado, deve ser considerado assim, bem mais um ponto de chegada do que de começo, em relação ao domínio econômico inglês sobre Portugal.

A RIGIDEZ FISCAL

Nesse mesmo período, em que na América espanhola o esgotamento das minas irá provocar uma forte elevação no preço dos produtos, o Brasil assistia a passagem da economia açucareira para mineradora, que ao contrário da agricultura e de outras atividades, como a pecuária, foi submetida a uma rigorosa disciplina e fiscalização por parte da metrópole. Já por ocasião do escasso e pobre ouro de lavagem achado desde o século XVI em São Vicente, tinha-se promulgado um longo regulamento estabelecendo-se a livre exploração, embora submetida a uma rígida fiscalização, onde a coroa reservava-se no direito ao quinto, a quinta parte de todo ouro extraído. Com as descobertas feitas em Minas Gerais na região de Vila Rica, a antiga lei é substituída pelo Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro, datada de 1702. Esse regimento se manteria até o término do período colonial, apenas com algumas modificações.



(Ouro Preto, antiga Vila Rica)

O sistema estabelecido era o seguinte: para fiscalizar dirigir e cobrar o quinto nas áreas de mineração criava-se a Intendência de Minas, sob a direção de um superintendente em cada capitania em que se descobrisse ouro, subordinado diretamente ao poder metropolitano. O descobrimento das jazidas era obrigatoriamente comunicado ao superintendente da capitania que requisitava os funcionários (guarda-mores) para que fosse feita a demarcação das datas, lotes que seriam posteriormente distribuídos entre os mineradores presentes. O minerador que havia descoberto a jazida tinha o direito de escolher as duas primeiras datas, enquanto que o guarda-mor escolhia uma outra para a Fazenda Real, que depois a vendia em leilão. A distribuição dos lotes era proporcional ao número de escravos que o minerador possuísse. Aqueles que tivessem mais de 12 escravos recebiam uma "data inteira", que correspondia a cerca de 3 mil metros quadrados. Já os que tinham menos de doze escravos recebiam apenas uma pequena parte de uma data. Os demais lotes eram sorteados entre os interessados que deviam dar início à exploração no prazo de quarenta dias, sob pena de perder a posse da terra. A venda de uma data era somente autorizada, na hipótese devidamente comprovada da perda de todos os escravos. Neste caso o minerador só podia receber uma nova data quando obtivesse outros trabalhadores. A reincidência porém, resultaria na perda definitiva do direito de receber outro terreno. A cobrança do quinto sempre foi vista pelos mineradores como um abuso fiscal, o que resultava em freqüentes tentativas de sonegação, fazendo com que a metrópole criasse novas formas de cobrança.

A partir de 1690 são criadas as Casas de Fundição, estabelecimentos controlados pela Fazenda Real, que recebiam todo ouro extraído, transformando-o em barras timbradas e devidamente quintadas, para somente depois, devolve-las ao proprietário. A tentativa de utilizar

o ouro sob outra forma -- em pó, em pepitas ou em barras não marcadas -- era rigorosamente punida, com penas que iam do confisco dos bens do infrator, até seu degredo perpétuo para as colônias portuguesas na África. Como o ouro era facilmente escondido graças ao seu alto valor em pequenos volumes, criou-se a finta, um pagamento anual fixo de 30 arrobas, cerca de 450 quilos de ouro que o quinto deveria necessariamente atingir, sob pena de ser decretada a derrama, isto é, o confisco dos bens do devedor para que a soma de 100 arrobas fosse completada. Posteriormente ainda foi criada a taxa de capitação, um imposto fixo, cobrado por cada escravo que o minerador possuísse. Para o historiador Caio Prado Júnior, "cada vez que se decretava uma derrama, a capitania, atingida entrava em polvorosa. A força armada se mobilizava, a população vivia sobre o terror; casas particulares eram violadas a qualquer hora do dia ou da noite, as prisões se multiplicavam. Isto durava não raro muitos meses, durante os quais desaparecia toda e qualquer garantia pessoal. Todo mundo estava sujeito a perder de uma hora para outra seus bens, sua liberdade, quando não sua vida. Aliás as derramas tomavam caráter de violência tão grande e subversão tão grave da ordem, que somente nos dias áureos da mineração se lançou mão deles. Quando começa a decadência, eles se tornam cada vez mais espaçados, embora nunca mais depois de 1762 o quinto atingisse as 100 arrobas fixadas. Da última vez que se projetou uma derrama (em 1788), ela teve de ser suspensa à última hora, pois chegaram ao conhecimento das autoridades notícias positivas de um levante geral em Minas Gerais, marcado para o momento em que fosse iniciada a cobrança (conspiração de Tiradentes)."

A EXPLORAÇÃO DAS JAZIDAS

Havia duas formas de extração aurífera: a lavra e a faiscação. As lavras eram empresas que, dispendo de ferramentas especializadas, executavam a extração aurífera em grandes jazidas, utilizando mão-de-obra de escravos africanos. O trabalho livre era insignificante e o índio não era empregado. A lavra foi o tipo de extração mais freqüente na fase áurea da mineração, quando ainda existia recurso e produção abundantes, o que tornou possível grandes empreendimentos e obras na região.



(extração aurífera)

A faiscação era a pequena extração representada pelo trabalho do próprio garimpeiro, um homem livre de poucos recursos que excepcionalmente poderia contar com alguns ajudantes. No mundo do garimpo o faiscador é considerado um nômade, reunindo-se às vezes em grande número, num local franqueado a todos. Poderiam ainda ser escravos que, se encontrassem uma quantidade muito significativa de ouro, ganhariam a alforria. Também conhecida como faisqueira, tal atividade se realizava principalmente em regiões ribeirinhas. De uma maneira ou de outra, a faiscação sempre existiu na mineração aurífera da colônia tornando-se mais intensa com a própria das minas, surgindo então o faiscador que aproveita as áreas empobrecidas e abandonadas. Este cenário torna-se mais comum pelos fins do século XVIII, quando a mineração entra num processo de franca decadência.

A EXTRAÇÃO DE DIAMANTES

A extração mineral não se restringiu apenas ao ouro. O século XVIII também conheceu o diamante, no vale do rio Jequitinhonha, sendo que durante muito tempo, os mineradores que só viam a riqueza no ouro, ignoraram o valor desta pedra preciosa, utilizada inclusive como ficha para jogo.

Somente após três décadas que o governador das Gerais, D. Lourenço de Almeida, enviou algumas pedras para serem analisadas em Portugal, que imediatamente aprovou a criação do primeiro Regimento para os Diamantes, que estabeleceu como forma de cobrar o quinto, o sistema de capitação sobre mineradores que viessem a trabalhar naquela região.

O principal centro de extração da valiosa pedra, foi o Arraial do Tijuco, hoje Diamantina em Minas Gerais, que em razão da importância, foi elevado à categoria de Distrito Diamantino, com fronteiras delimitadas e um intendente independente do governador da capitânia, subalterno apenas à coroa portuguesa.

A partir de 1734, visando um maior controle sobre a região diamantina, foi

estabelecido um sistema de exclusividade na exploração de diamantes para um único contratador. O primeiro deles em 1740, foi o milionário João Fernandes de Oliveira, que se apaixonou pela escrava Chica da Silva, tornando-a uma nobre senhora do Arraial do Tijuco. Devido ao intenso contrabando e sonegação, como também ao elevado valor do produto, a metrópole decretou a Extração Real em 1771, representando o monopólio estatal sobre o diamante, que vigorou até 1832.

DESDOBRAMENTOS: SOCIEDADE E CULTURA

O ciclo do ouro e do diamante foi responsável por profundas mudanças na vida colonial. Em cem anos a população cresceu de 300 mil para, aproximadamente, 3 milhões de pessoas, incluindo aí, um deslocamento de 800 mil portugueses para o Brasil. Paralelamente foi intensificado o comércio interno de escravos, chegando do Nordeste cerca de 600 mil negros. Tais deslocamentos representam a transferência do eixo social e econômico do litoral para o interior da colônia, o que acarretou na própria mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, cidade de mais fácil acesso à região mineradora. A vida urbana mais intensa viabilizou também, melhores oportunidades no mercado interno e uma sociedade mais flexível, principalmente se contrastada com o imobilismo da sociedade açucareira.

Embora mantivesse a base escravista, a sociedade mineradora diferenciava-se da açucareira, por seu comportamento urbano, menos aristocrático e intelectualmente mais evoluído. Era comum no século XVIII, ser grande minerador e latifundiário ao mesmo tempo. Portanto, a camada socialmente dominante era mais heterogênea, representada pelos grandes proprietários de escravos, grandes comerciantes e burocratas. A novidade foi o surgimento de um grupo intermediário formado por pequenos comerciantes, intelectuais, artesãos e artistas que viviam nas cidades. O segmento abaixo era formado por homens livres pobres (brancos, mestiços e negros libertos), que eram faiscadores, aventureiros e biscateiros, enquanto que a base social permanecia formada por escravos que em meados do século XVIII, representavam 70% da população mineira.

Para o cotidiano de trabalho dos escravos, a mineração foi um retrocesso, pois apesar de alguns terem conseguido a liberdade, a grande maioria passou a viver em condições bem piores do que no período anterior, escavando em verdadeiros buracos onde até a respiração era dificultada. Trabalhavam também na água ou atolados no barro no interior das minas. Essas

condições desumanas resultam na organização de novos quilombos, como do rio das Mortes, em Minas Gerais, e o de Carlota, no Mato Grosso. Com o crescimento do número de pequenos e médios proprietários a mineração gerou uma menor concentração de renda, ocorrendo inicialmente um processo inflacionário, seguido pelo desenvolvimento de uma sólida agricultura de subsistência, que juntamente com a pecuária, consolidam-se como atividades subsidiárias e periféricas.

A acentuação da vida urbana trouxe também mudanças culturais e intelectuais, destacando-se a chamada escola mineira, que se transformou no principal centro do Arcadismo no Brasil. São expoentes as obras esculturais e arquitetônicas de Antônio Francisco Lisboa, o "Aleijadinho", em Minas Gerais e do Mestre Valentim, no Rio de Janeiro.



escultura de Aleijadinho em Sabará (Igreja Nossa Senhora do Carmo)

Na música destaca-se o estilo sacro barroco do mineiro José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita, além da música popular representada pela modinha e pela cantiga de ninar de origem lusitana e pelo lundu de origem africana.

A DECADÊNCIA DO PERÍODO

Na segunda metade do século XVIII, a mineração entra em decadência com a paralisação das descobertas. Por serem de aluvião o ouro e diamantes descobertos eram facilmente extraídos, o que levou a uma exploração constante, fazendo com que as jazidas se esgotassem rapidamente. Esse esgotamento deve-se fundamentalmente ao desconhecimento técnico dos mineradores, já que enquanto a extração foi feita apenas nos veios (leitos dos rios), nos tabuleiros (margens) e nas grupiarias (encostas mais profundas) a técnica, apesar de rudimentar, foi suficiente para o sucesso do empreendimento. Numa quarta etapa porém, quando a extração atinge as rochas matrizes, formadas por um minério extremamente duro (quartzo itabirito), as escavações não conseguem prosseguir, iniciando o declínio da economia mineradora. Como as outras atividades eram subsidiárias ao ouro e ao diamante, toda economia colonial entrou em declínio. Sendo assim, a primeira metade do século XIX será representada pelo Renascimento Agrícola, fase economicamente transitória, marcada pela diversificação rural (algodão, açúcar, tabaco, cacau e café), que se estenderá até a consolidação da monocultura cafeeira, iniciada por volta de 1870 no Vale do Paraíba. A suposta riqueza gerada pela mineração não permaneceu no Brasil e nem foi para Portugal. A dependência lusa em relação ao capitalismo inglês era antiga, e nesse sentido, grande parte das dívidas portuguesas, acabaram sendo pagas com ouro brasileiro, o que viabilizou ainda mais, uma grande acumulação de capital na Inglaterra, indispensável para o seu pioneirismo na Revolução Industrial.

SOCIEDADE COLONIAL E A AÇÃO DA IGREJA

ANTECEDENTES:

- Sociedade Açucareira: localizada no Nordeste, litorânea, rural, escravista, com pouca mobilidade social, relativamente pouco numerosa.

- Sociedade Mineradora: Localizada no Sudeste, interiorana, vilana, escravista, com considerável mobilidade social e bastante numerosa.

- Composição: Grandes Proprietários, clérigos, índios, escravos, homens livres pobres, profissionais liberais.

- O período das expansões marítimas, foi contemporâneo ao movimento da Reforma Protestante. Um dos efeitos e reflexos da Reforma Católica (Contra Reforma) foi à catequese, trabalho de "conversão de almas" com destaque para os Jesuítas e seus trabalhos junto a povos nativos da América por meio das Missões (Aldeamentos) e da Companhia de Jesus.

- No Brasil, os Jesuítas não só exerceram o papel de doutrinação religiosa, mas também em relação à educação (inicialmente para os índios e mais tarde para os filhos dos Senhores).

- No trabalho com os indígenas ensinavam/ doutrinavam, na alteração de comportamentos e costumes, humildade e submissão às autoridades, aos reis e o temor a Deus. **QUEBRA DA IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA.**

- Se por um lado a Igreja buscava no índio o aumento do seu número de almas, para os colonos os índios serviam potencialmente como mão de obra. Deste modo no seu papel colonizador, a Igreja exerceu um papel “protetor”, opondo-se a escravidão indígena.

- O “projeto” colonizador brasileiro foi conduzido em parceria com a Igreja Católica.

O NEGRO, A MÃO DE OBRA E A ESCRAVIDÃO:

- A montagem do sistema colonial brasileiro acompanhou os ideais mercantilistas portugueses, principalmente no que diz respeito ao enriquecimento metropolitano, produção agrícola voltada para o abastecimento e exportação para o mercado externo (cana), necessitando de grandes unidades produtivas (latifúndios) e grande contingente de mão de obra (trabalho compulsório indígena/ escravo).

- Logo no início da Expansão Marítima portuguesa pela costa Africana, iniciam-se violentas guerras de conquista e submissão dos povos. A conquista do território africano assegurava grandiosos lucros com o tráfico negreiro e garantindo o fornecimento da mão de obra necessária.

- Tão logo desembarcavam na colônia, os negros – agora na condição de escravos- eram vendidos em feiras e mercados como força de trabalho. Eram batizados recebendo nomes cristãos, sendo os membros familiares separados. Já nas unidades produtoras eram agrupadas em senzalas, trabalhando nas lavouras e nas atividades domésticas.

*** QUEBRA DA IDENTIDADE CULTURAL NEGRA AFRICANA.**

- Na sociedade mineradora, o grande fluxo de pessoas que acompanhavam as descobertas de ouro, proporcionou alterações nas relações sociais bem como as possibilidades de ascensão, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho.

- O negro mesmo mantendo sua condição de escravo, dentro de um meio social mais complexo, pode experimentar novas relações de trabalho que pudesse alterar sua posição social:

- Brecha Camponesa; escravos de ganho; irmandades leigas; compra de alforrias; uniões inter-raciais; etc.

- Ao passo que ia conquistando um novo espaço (mesmo que tímido) dentro da sociedade colonial, ia trazendo influências culturais que acabavam se incorporando a transformando a sociedade. Nota-se no Brasil uma formação sócio-cultural, oriunda da fusão de três padrões culturais distintas gerando uma cultura híbrida marcada por equilíbrio de antagonismos entre distintas culturas (a indígena, a africana e a européia).

A CONDUÇÃO DA VIDA FAMILIAR EM MINAS GERAIS:

- A condução da vida familiar em Minas era de dar “arrepios” a qualquer membro do clero, muitos dos relacionamentos tidos pelos moradores da capitania como familiares, nem sempre se aproximavam da concepção formal religiosa de “familiar”. Os relacionamentos compostos muitas vezes por relações não formais perante a Igreja: concubinato; relacionamentos inter-raciais, face ao pequeno número de mulheres brancas para compor matrimônio e “família legítima”.

- A falta de mulheres brancas portuguesas vai inevitavelmente levar a uma miscigenação, ocasionada pelos inúmeros relacionamentos entre os portugueses com índias e negras, ou como diria Gilberto Freire “os brancos procurarão o colo das negras e índias para encontrar afagos que não podem ter com mulheres brancas portuguesas”.

- Não só os membros da Igreja como também os administradores do Estado viam no tipo de sociedade que se formava, urbana, muitas vezes móvel e pouco apegada a valores como matrimônio e família, um possível futuro problema de ordem política e social.

- Somente após a montagem do aparelho administrativo e urbano estatal é que será possível iniciar uma série de mudanças moralizantes de controle social: estímulo a matrimônios formais; reivindicação à Coroa por mais mulheres brancas (preocupação de uma manutenção de um extrato branco dominador para manter as relações típicas e tendenciosas entre colônia e metrópole).

IGREJA E VIDA FAMILIAR:

- O projeto colonizador do Estado contou com o apoio a Igreja que compartilhava dos mesmos ideais moralizantes e buscava firmar-se institucionalmente. Para difusão dos sacramentos o destaque para os casamentos, capaz de conter os pecados da carne, criar laços afetivos com a terra/mulher e filhos, afastar a luxúria, tudo devido o seu caráter “indissolúvel e estável” segundo a visão do clero.

Havia, no entanto, dois problemas, o primeiro seria o combate às práticas ilegítimas de relacionamentos, e segundo as dificuldades de

ordem burocrática e onerosa para a realização do casamento que a população altamente móvel e pobre não podia arcar. Os párocos locais detinham grande poder de influência para tal tarefa, seja excomungando, proibindo a presença em missas ou não oficializando casamentos. Mas, contudo foi a imoralidade de parte do clero e seu constante desgaste com os fiéis, aliado às dificuldades de facilitar o acesso ao matrimônio, que acabou afastando cada vez mais o projeto da família legítima cristã, nota-se que a força do cotidiano venceu o projeto das instituições.

EXERCÍCIOS: ENEM

1)

Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil colonial. A palavra tropeiro vem de "tropa" que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité

(um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado. Disponível em <http://www.tribunadoplanalto.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2008.

A) criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à a) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.

b) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.

c) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.

d) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.

e) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

2)

No princípio do século XVII, era bem insignificante e quase miserável a Vila de São Paulo. João de Laet avalha 200 habitantes, entre portugueses e mestiços, em 100 casas; a Caramuru, em 1606, informava que eram 190 os

moradores, dos quais 65 andavam homiziados*. *homiziados: escondidos da justiça Nelson Werneck Sodré. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1964. Na época da invasão holandesa, Olinda era a capital e a cidade mais rica de Pernambuco. Cerca de 10% da população, calculada em aproximadamente 2.000 pessoas, dedicavam-se ao comércio, com o qual muita gente fazia fortuna. Cronistas da época afirmavam que os habitantes ricos de Olinda viviam no maior luxo. Hildegard Féist. Pequena história do Brasil holandês. São Paulo: Moderna, 1998 (com adaptações).

Os textos acima retratam, respectivamente, São Paulo e Olinda no início do século XVII, quando Olinda era maior e mais rica. São Paulo - atualmente, a maior metrópole brasileira e uma das maiores do planeta. Essa mudança deveu-se, essencialmente, ao seguinte fator econômico:

A) maior desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no planalto de Piratininga do que na Zona da Mata Nordestina.

B) atraso no desenvolvimento econômico da região de Olinda e Recife, associado à escravidão, inexistente em São Paulo.

C) avanço da construção naval em São Paulo, favorecido pelo comércio dessa cidade com as Índias.

D) desenvolvimento sucessivo da economia mineradora, cafeeira e industrial no Sudeste.

E) destruição do sistema produtivo de algodão em Pernambuco quando da ocupação holandesa.

1 - (UFSC) A eclosão da chamada guerra dos Emboabas (1708-1709) decorreu de vários fatores, podendo ser relacionada, em parte, com a

a) Nomeação de Manuel Nunes Viana, paulista de grande prestígio, para a capitania das Minas de Ouro.

b) Proibição aos Emboabas de exercerem atividades comerciais na região das minas.

c) Decisão da Câmara de São Paulo, que desejava que as datas fossem exploradas apenas por elementos dessa vila e seus arredores.

d) Separação político-administrativa da capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

e) Convulsão social promovida pela intensificação da atividade apresadora de índios pelos bandeirantes.

2 - (SANTA CASA-SP) A chamada Guerra dos Mascates decorreu, entre outros fatores, do fato de

- a) Recife não possuir prestígio político, apesar de sua expressão econômico-financeira.
- b) Pombal promover a derrama, para cobrança de todos os quinhões atrasados.
- c) Olinda não se conformar com o papel que a aristocracia rural exercia na capitania.
- d) Portugal intervir na economia das capitanias, isentando os portugueses do pagamento de impostos.
- e) Pernambuco não apoiar a política de tributação fiscal do governador Félix José Machado Mendonça.

3 - (UFPE) A Revolta de Filipe dos Santos (1720), em Minas Gerais, resultou entre outros motivos da.

- a) Intromissão dos jesuítas no ativo comércio dos paulistas na região das Minas.
- b) Disseminação das idéias, oriundas dos filósofos do iluminismo francês.
- c) Criação das Casas de Fundição e das Moedas, a fim de controlar a produção aurífera.
- d) Tentativa de afirmação política dos portugueses sobre a nascente burguesia paulista.
- e) Tensão criada nas minas, em virtude do monopólio da Companhia de Comércio do Brasil.

4 - (UFBA) Um aspecto que diferencia a Conjuração Mineira de 1789 da Conjuração Baiana de 1798 é que a última.

- a) Representou, pela primeira vez na História do Brasil, um movimento de caráter republicano.
- b) Preocupou-se mais com os aspectos sociais, a liberdade do povo e do trabalho.
- c) Apresentou, pela primeira vez, planos políticos e ideológicos.
- d) Representou o primeiro movimento apoiado por grupos de intelectuais.
- e) Tinha caráter de protesto contra certas medidas do governo, sem pretender a separação de Portugal.

5 - (UFPE) Assinale qual a frase errada, das abaixo enumeradas, sobre a Revolução de 1817.

- a) O clero de Pernambuco, em 1817, foi muito influenciado pelas idéias revolucionárias.
- b) O governador de Pernambuco era Caetano Pinto de Miranda Montenegro.
- c) Hipólito José da Costa, o famoso redator do Correio Brasiliense, fora escolhido pelos revolucionários como plenipotenciário da

“República de Pernambuco” perante o governo inglês.

- d) O governador da Bahia, o conde dos Arcos, mandou fuzilar José Inácio de Abreu e Lima.
- e) As operações militares contra os revolucionários foram comandadas pessoalmente pelo conde dos Arcos, que bloqueou o porto do Recife e bateu as tropas de Cogominho de Lacerda.

6 - (FESP) A crise do sistema colonial foi marcada no Brasil por contestações diversas que comprovam as aspirações de liberdade do nosso povo. Entre as revoltas podemos destacar as Conjurações Mineira e Baiana que tiveram em comum:

1. O fundamento ideológico apoiado nos princípios do Iluminismo e de Revolução Francesa.
2. A proposta de extinção dos privilégios de classe ou cor, abolindo a escravidão.
3. A inquietação e revolta pela eminente cobrança de impostos em atraso.
4. A discriminação social evidenciada na aplicação da justiça.
5. A numerosa participação popular caracterizada pela presença de negros e mulatos.

Assinale a opção correta:

- a) 1 e 3
- b) 2 e 4
- c) 3 e 5
- d) 1 e 4
- e) 2 e 5

7. (PUC-MG) A Inconfidência Baiana de 1798 tem como causa a:

- a) decadência da produção do ouro.
- b) instalação das casas de fundição.
- c) insatisfação das populações mais humildes.
- d) invasão holandesa na Bahia.
- e) revolta dos comerciantes portugueses.

8. (FUVEST) A chamada Guerra dos Mascates, ocorridas em Pernambuco em 1710, deveu-se:

- a) ao surgimento de um sentimento nativista brasileiro, em oposição aos colonizadores portugueses
- b) ao orgulho ferido dos habitantes da vila de Olinda, menosprezados pelos portugueses.

c) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda pelo controle da mão-de-obra escrava.

d) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda cujas relações comerciais eram, respectivamente, de credores e devedores.

e) a uma disputa interna entre grupos de comerciantes, que eram chamados depreciativamente de mascates.

9 - (FESP) Apesar do poder de coerção da metrópole portuguesa, algumas rebeliões mostravam o descontentamento dos colonos. Em Pernambuco, no século XVIII, a Guerra dos Mascates revelava o desejo dos senhores de engenho olindenses de:

a) fazer um pacto com os comerciantes recifenses para lutar contra os impostos cobrados por Portugal.

b) impedir a presença das forças estrangeiras nos seus territórios.

c) enfrentar suas rivalidades com Recife, causadas sobretudo pelas dívidas que acumularam junto aos comerciantes portugueses, que moravam em Recife.

d) organizar uma república democrática baseada em princípios liberais, significando um expressivo avanço político para a época.

e) acabar com o monopólio que Recife exercia no comércio do algodão e do açúcar, controlado por comerciantes judeus e portugueses.

10 - (UFES) As transformações econômicas e socioculturais observadas no século XVIII repercutiam na população do Brasil Colonial, onde eclodiam revoltas sociais regionais e manifestações de aspiração emancipacionista. Foram manifestações sociais e políticas observadas nesse período:

a) a Insurreição Pernambucana, a aclamação de Amador Bueno e a Revolta de Beckmann.

b) As Guerras dos Emboabas e dos Mascates e as Conjurações Mineira, Fluminense e Baiana

c) As Guerras dos Emboabas e dos Mascates, a Revolta de Vila Rica, a Inconfidência Mineira, a Revolta dos Alfaiates e a Conjuração dos Suaçunas.

d) a Conjuração dos Suaçunas, a Revolta Pernambucana e a Confederação do Equador.

e) a Revolta do Maneta, a Guerra dos Palmares, a Inconfidência Mineira e a Revolução Farroupilha.

11 - (UNIBH – 1999) 4 - “Cada soldado é cidadão, sobretudo os homens pardos e pretos, que vivem escorraçados e abandonados. Todos serão iguais, não haverá diferenças; só haverá liberdade, igualdade e fraternidade.” (Manifesto afixado em Salvador, em 12.8.1789).

Todas as afirmativas referem-se à Conjuração Baiana, EXCETO:

a) Planejava a abolição da escravidão, reflexo da participação, no movimento, dos setores mais humildes da população.

b) Possuía um ideal emancipacionista e republicano, nos moldes pregados pelos teóricos do iluminismo europeu.

c) Possuía um caráter nacional, tendo sido enviados embaixadores a outras províncias.

d) Defendia a nacionalização do comércio e a liberdade comercial.

12 - (FGV – 1998) Relacione os eventos com os grupos sociais protagonistas:

- 1) Revolução Praieira.
- 2) Guerra dos Mascates.
- 3) Guerra dos Emboabas.
- 4) Revolução Farroupilha.
- 5) Revolução Liberal de 1842.

I- Bandeirantes contra mineradores baianos e portugueses.

II- Senhores de engenho contra comerciantes de Recife.

III- Povo gaúcho contra Governo Imperial.

IV- Paulistas e mineiros contra o Governo Conservador.

V- Republicanos de Pernambuco contra oligarquia monarquista.

Qual a série de relações corretas:

- a.) 1-V; 2-II; 3-I; 4-III; 5-IV.
- b.) 1-V; 2-III; 3-II; 4-I; 5-IV.
- c.) 1-III; 2-II; 3-IV.; 4-V; 5-I.
- d.) 1-III; 2-II; 3-IV; 4-I; 5-V.
- e.) 1-III; 2-II; 3-I; 4-IV; 5-V

13 - (FUVEST – 1996) A Inconfidência Mineira foi um episódio marcado

a) pela influência dos acontecimentos de julho de 1789, a tomada da Bastilha.

b) pela atitude anti-escravista, consensual entre seus participantes.

c) pelo intuito de acabar com o domínio da Companhia de Comércio do Brasil.

d) pela insatisfação ante a cobrança do imposto sobre bateias.

e) pelas idéias ilustradas e pela Independência dos Estados Unidos.

14 - (FUVEST – 1997) - A chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco em 1710, deveu-se

- a) ao surgimento de um sentimento nativista brasileiro, em oposição aos colonizadores portugueses.
- b) ao orgulho ferido dos habitantes da vila de Olinda, menosprezados pelos portugueses.
- c) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda pelo controle da mão-de-obra escrava.
- d) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda cujas relações comerciais eram, respectivamente, de credores e devedores.
- e) a uma disputa interna entre grupos de comerciantes, que eram chamados depreciativamente de mascates.

15 - (FUVEST – 1998) Podemos afirmar que tanto na Revolução Pernambucana de 1817, quanto na Confederação do Equador de 1824,

- a) o descontentamento com as barreiras econômicas vigentes foi decisivo para a eclosão dos movimentos.
- b) os proprietários rurais e os comerciantes monopolistas estavam entre as principais lideranças dos movimentos.
- c) a proposta de uma república era acompanhada de um forte sentimento anti-lusitano.
- d) a abolição imediata da escravidão constituía-se numa de suas principais bandeiras.
- e) a luta armada ficou restrita ao espaço urbano de Recife, não se espalhando pelo interior.

16 - (FUVEST – 1999) A elevação de Recife à condição de vila; os protestos contra a implantação das Casas de Fundação e contra a cobrança do quinto; a extrema miséria e carestia reinantes em Salvador, no final do século XVIII, foram episódios que colaboraram, respectivamente, para as seguintes sublevações coloniais:

- a) Guerra dos Emboabas, Inconfidência Mineira e Conjura dos Alfaiates.
- b) Guerra dos Mascates, Motim do Pitangui e Revolta dos Malês.
- c) Conspiração dos Suassunas, Inconfidência Mineira e Revolta do Maneta.
- d) Confederação do Equador, Revolta de Felipe dos Santos e Revolta dos Malês.
- e) Guerra dos Mascates, Revolta de Felipe dos Santos e Conjura dos Alfaiates.

17 - (MACKENZIE – 1999) O fato de ser alferes influenciou para transformar-me em conspirador, levado a tanto que fui pelas injustiças que sofri,

preterido sempre nas promoções a que tinha direito. Uni minhas amarguras às do povo, que eram maiores, e foi assim que a idéia de libertação tomou conta de mim. Tiradentes

As razões da insatisfação do alferes e do povo mineiro em 1789 eram:

a) a opressão tributária sobre a capitania cujo ouro se esgotara, o empobrecimento e ameaça da derrama e a divulgação das idéias iluministas pela elite letrada.

b) a concentração de terras e do comércio em mãos de comerciantes lusos, provocando intensa xenofobia na região do ouro.

c) a criação de indústrias nesta área pelo governo de D. Maria I, fato que enriqueceu a população local, gerando a idéia da independência.

d) o predomínio do trabalho escravo na zona mineradora e a ausência total de mecanismos de alforria e trabalho livre, agravando a crise social.

e) o declínio da produção de açúcar para exportação, despertando o choque de interesses entre colônia e metrópole, e a idéia de libertação.

18 - (PUC – MG – 1998) A execução de Tiradentes, em 21 de abril de 1792, teve um sentido mais amplo que o de um enforcamento. Para a Coroa Portuguesa tratava-se:

a) de exterminar um alferes de cavalaria, para impor respeito às tropas militares.

b) de sacrificar uma vida humana, para manter a estrutura do sólido sistema colonial.

c) de um castigo de morte nunca antes decretado nos domínios coloniais no Brasil.

d) de matar um homem simples e rude e criar um herói para o povo.

e) de um castigo exemplar, para impor o medo àqueles que cometessem um crime de lesa-majestade.

19 - (PUC – RJ – 1999) Nas últimas décadas do século XVIII, ocorreram diversas manifestações de descontentamento em relação ao sistema colonial português na América. Essas manifestações geraram movimentos sediciosos, que chamamos de "Conjurações" ou "Inconfidências", todos abortados pela repressão metropolitana. Sobre eles, NÃO é correto afirmar:

a) A Conjuração Mineira, em 1789, foi a primeira a manifestar a intenção de ruptura com os laços coloniais, e reuniu diversos membros da elite mineradora.

b) A Conjuração Baiana, em 1798, também conhecida como "Revolta dos Alfaiates", congregou entre as lideranças dos revoltosos, mulatos e negros livres ligados às profissões urbanas, principalmente artesãos e soldados.

c) A Conjuração do Rio de Janeiro, em 1794, foi proveniente da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, cujos membros, ao se reunirem para debater temas literários, filosóficos e científicos, defendiam concepções libertárias iluministas.

d) As conjurações foram influenciadas pelas experiências européia e norte-americana, que se difundiram nas regiões coloniais por meio de livros importados, de pasquins elaborados localmente e de discussões nas casas e ruas de Ouro Preto, Salvador ou Rio de Janeiro.

e) A influência externa se fez de modo distinto: enquanto a Conjuração Mineira tomou como exemplo o período do "Terror robespierrista" da Revolução Francesa, a Conjuração Baiana teve como paradigma os ideais expressos na Independência norte-americana.

20 - (PUC – RS – 1998) A partir do século XVIII, o sistema colonial português entra em sua fase final, devido a uma série de modificações ocorridas, tanto na Colônia quanto em nível externo.

Sobre as causas da crise do sistema colonial, relacionar os fatos da coluna da esquerda com seu respectivo significado na coluna da direita.

- | | |
|--|---|
| <p>1 - Inconfidência Mineira
2 - Abertura dos portos às nações amigas
3 - Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves
4 - Revolução Farroupilha
5 - Revolução do Porto
6 - Guerra de Canudos</p> | <p>() força o retorno da família real a Portugal e tenta recolonizar o Brasil.
() determina a equiparação jurídica entre Brasil e Portugal, o que foi feito pelo Congresso de Viena.
() defende idéias de liberdade e de República, contra a opressão fiscal exercida pela Coroa Portuguesa.
() propicia o rompimento do Pacto Colonial e o comércio direto entre o Brasil e outras nações, sobretudo a Inglaterra.</p> |
|--|---|

() força o retorno da família real a Portugal e tenta recolonizar o Brasil.

() determina a equiparação jurídica entre Brasil e Portugal, o que foi feito pelo Congresso de Viena.

() defende idéias de liberdade e de República, contra a opressão fiscal exercida pela Coroa Portuguesa.

() propicia o rompimento do Pacto Colonial e o comércio direto entre o Brasil e outras nações, sobretudo a Inglaterra.

A ordem correta dos números da coluna da direita, de cima para baixo, é

- a) 5 - 3 - 1 - 2
b) 5 - 3 - 2 - 1
c) 6 - 4 - 1 - 2
d) 4 - 2 - 1 - 6
e) 3 - 5 - 2 - 1

21 - (PUC – RS – 1998) "Cada soldado é cidadão, sobretudo os homens pardos e pretos, que vivem escorraçados e abandonados. Todos

serão iguais, não haverá diferença; só haverá liberdade, igualdade e fraternidade."

(Manifesto afixado nas paredes das igrejas de Salvador, em agosto de 1798).

O texto acima se refere

- a) à Inconfidência Mineira.
b) à Insurreição Pernambucana.
c) à Conjuração dos Alfaiates.
d) à Revolta dos Malês.
e) ao Manifesto dos Cabanos.

22 - (UFF – 1999) O lema liberal "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" consagrado pela Revolução Francesa influenciou, sobremaneira, as chama-das Inconfidências ocorridas em fins do século XVIII no Brasil Colônia.

Assinale a opção que apresenta informações corretas sobre a chamada Conjuração dos Alfaiates.

a) Envolveu a participação de mulatos, negros livres e escravos, refletindo não somente a preocupação com a liberdade, mas também com o fim da dominação colonial.

b) Esta inconfidência baiana caracterizou-se por restringir-se à participação de uma elite de letrados e brancos livres influenciados pelos princípios revolucionários franceses.

c) Em tal conjuração, a difusão das idéias liberais não acarretou crítica às contradições da sociedade escravocrata.

d) Este movimento, também conhecido como Inconfidência Mineira, teve um papel singular no contexto da crise do sistema colonial, revelando suas contradições e sua decadência.

e) Um de seus principais motivos foi a prolongada crise do setor cafeeiro que se arrastou ao longo da segunda metade do século XVIII.

23 - (UNIVALI – 1999) No ano de 1789, dois acontecimentos importantes marcaram a História mundial e a História do Brasil: a Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira. Estabelecendo uma relação entre estes dois acontecimentos, podemos dizer que tiveram a mesma fonte de inspiração, fato que justifica a necessidade de conhecer a nossa história no contexto global. Sobre a Inconfidência Mineira assinale o item correto:

a) Ela foi inspirada nas camadas mais pobres da colônia, exploradas pela metrópole.

b) Inspirou-se nos princípios do socialismo utópico de Sant – Simon, bem como nos ideais absolutistas defendidos pelos pensadores iluministas.

c) Ela inspirou-se no pensamento iluminista fortemente difundidos pela Europa, que pregava idéias de liberdade, igualdade e fraternidade.

d) Ela aconteceu devido à forte expressão exercida pela metrópole exigindo a emancipação política do Brasil.

e) A vitória dos inconfidentes transformou a região das Minas Gerais numa República, ainda que temporariamente.

24 - (UFRN – 2000) A Guerra dos Emboabas, a dos Mascates e a Revolta de Vila Rica, verificadas nas primeiras décadas do século XVIII, podem ser caracterizadas como

a) movimentos isolados em defesa de idéias liberais, nas diversas capitanias, com a intenção de se criarem governos republicanos.

b) movimentos de defesa das terras brasileiras, que resultaram num sentimento nacionalista, visando à independência política.

c) manifestações de rebeldia localizadas, que contestavam aspectos da política econômica de dominação do governo português.

d) manifestações das camadas populares das regiões envolvidas, contra as elites locais, negando a autoridade do governo metropolitano.

25 - (UPE – 2000) Leia atentamente as afirmativas abaixo.

1. A Inconfidência Mineira teve um ideário político republicano e francamente abolicionista.

2. A Revolta dos Alfaiates ameaçou a ordem social da Colônia, conseguindo resultados políticos inesperados.

3. A população colonial no Brasil pouco se empenhou para livrar-se do monopólio português, só acontecendo revoltas nas primeiras décadas do século XIX.

4. A chamada Revolução de 1817 em Pernambuco assemelhou-se em sua liderança política com a Revolta dos Alfaiates.

- a) só a 4 está correta;
- b) todas estão corretas;
- c) todas estão incorretas;
- d) só a 1 está incorreta;
- e) só a 3 está correta.

26 - (ACAFE – 1998) Nos anos que antecederam a Independência do Brasil, ocorreram muitos movimentos contra o domínio português. Sobre os mesmos, é FALSO afirmar:

a) Muitos movimentos eram liderados por setores da elite, inconformados com a violência e os impostos da coroa portuguesa

b) Desejavam ampla transformação da sociedade com a expulsão dos portugueses, o fim da escravidão e a criação de uma República Federativa.

c) A Inconfidência Mineira (1789), o mais conhecido destes movimentos, apesar do fracasso, exprimiu a revolta de setores da elite e da intelectualidade mineira

d) A Conjuração Baiana (1798) caracterizou-se por ser uma revolta que teve participação não só da elite, mas de escravos e pessoas simples do povo.

e) A Revolução Pernambucana de 1817 desejava a criação de um Estado inspirado nas idéias liberais que haviam norteado a Independência dos EUA

27 - (UNIFOR – 1998) A presença da ideologia liberal ilustrada forjou o ideário revolucionário da segunda metade do século XVIII, no Brasil. As rebeliões naquele momento se diferenciavam em essência dos movimentos rebeldes do século XVII e da primeira metade do século XVIII, nos quais em nenhum momento esteve presente a idéia da separação definitiva de Portugal. Os novos movimentos visavam a emancipação da colônia, questionando o sistema colonial. Dentre esses movimentos destaca-se a

- a) Revolução Praieira.
- b) Conjuração Baiana.
- c) Guerra dos Mascates.
- d) Revolução Farroupilha.
- e) Confederação do Equador.

28 - (UNIFOR – 1999) Em meados do século XVII Portugal, em crise econômica, reforçou o controle sobre todas as atividades da colônia, com a criação de Companhias de Comércio e com uma severa fiscalização. A reação dos colonos deu origem a rebeliões. Entre essas rebeliões, a que se caracterizou fundamentalmente como reação ao aumento da tributação foi a

- a) Aclamação de Amador Bueno em São Paulo, 1640.
- b) Revolta de Beckman no Maranhão, 1684.
- c) Guerra dos Emboabas em Minas Gerais, 1709.
- d) Guerra dos Mascates em Pernambuco, 1710.
- e) Revolta de Filipe dos Santos em Vila Rica, 1720.

GABARITO: 1 – B / 2 – A / 3 – C / 4 – B / 5 – C / 6 – D / 7 – C / 8 – D / 9 – C / 10 – B / 11 – C / 12 – A / 13 – E / 14 – D / 15 – C / 16 – E / 17 – A / 18 – E / 19 – E / 20 – A / 21 – C / 22 – A / 23 – C / 24 – C / 25 – A / 26 – B / 27 – B / 28 – E

MINERAÇÃO

1 - (CES – 2000) As expedições desbravadoras, de penetração fluvial que,

partindo de Porto Feliz, no Tietê, demandavam minas de ouro em Cuiabá, foram as:

- a) Entradas;
- b) Bandeiras;
- c) Monções;
- d) Coletas;
- e) Navegações.

2 - (ESPM – 2000) Analise o texto escrito pelo padre André João Antonil, em 1711.

"No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. Quisera Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada e levantada e com instrumentos de muito rigor."

(Coletânea de documentos históricos. São Paulo:

Secretaria da Educação/CENP, 1985. p. 16.) Com base no texto, pode-se inferir que

- a) o padre discordava da utilização dos três "PPP" como mecanismos de dominação dos escravos.
- b) o padre considerava a escravidão incompatível com a doutrina da Igreja.
- c) os castigos poderiam ser perfeitamente aplicados, mesmo que não existissem provas da insubordinação dos escravos.
- d) os escravos, apesar dos castigos, alimentavam-se abundantemente e vestiam-se adequadamente.
- e) os castigos, que os escravos sofriam, eram praticados de forma deliberada na colônia, ainda que houvesse vozes discordantes.

3 - (FDV – 2000) São conseqüências da atividade de mineração aurífera no Brasil, EXCETO:

- a) fixação de novas fronteiras.
- b) transformação de Minas Gerais num grande centro cultural.
- c) deslocamento do eixo econômico do nordeste para o centro do país.
- d) formação de uma sociedade mais democrática.
- e) submissão do Brasil ao domínio econômico da Inglaterra.

4 - (FGV – 1998) A descoberta de ouro em Minas Gerais trouxe importantes modificações na vida da Colônia, exceto:

- a) uma sociedade com maior mobilidade social;
- b) o deslocamento da sede do governo colonial para São Vicente;
- c) maior contato econômico entre diversas regiões do Brasil;

d) aumento do controle metropolitano na região;
e) formação de núcleos urbanos no interior do país.

5 - (FUVEST – 1997) Podemos afirmar sobre o período da mineração no Brasil que

- a) atraídos pelo ouro, vieram para o Brasil aventureiros de toda espécie, que inviabilizaram a mineração.
- b) a exploração das minas de ouro só trouxe benefícios para Portugal.
- c) a mineração deu origem a uma classe média urbana que teve papel decisivo na independência do Brasil.
- d) o ouro beneficiou apenas a Inglaterra, que financiou sua exploração.
- e) a mineração contribuiu para interligar as várias regiões do Brasil, e foi fator de diferenciação da sociedade.

6 - (FUVEST – 1999) Um número considerável de alforrias, a existência de um comércio ilícito, uma grande quantidade de tributos e uma inflação considerável são alguns dos traços que caracterizavam

- a) a sociedade colonial brasileira às vésperas da Independência;
- b) a economia paulista no auge do século XVII;
- c) Pernambuco na segunda metade do século XVI;
- d) as missões jesuíticas do Norte;
- e) a sociedade mineira do século XVIII.

7 - (PUC – MG – 1997) A partir de finais do século XVII, a atividade mineradora, desenvolvida em Minas Gerais, provocou transformações políticas e no conjunto da economia colonial no século XVIII. São exemplos dessas transformações, EXCETO:

- a) alargamento da faixa de ocupação do território brasileiro.
- b) transferência da sede administrativa de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.
- c) concentração de mão-de-obra escrava em função da demanda dos centros mineradores.
- d) estímulo ao surgimento do bandeirantismo, favorecendo o processo de interiorização.
- e) incremento do comércio e ampliação do mercado interno.

8 - (PUC – MG – 1998) Refere-se à mineração do século XVIII em Minas Gerais:

- I. Inseriu-se na lógica mercantilista da época, atendendo aos interesses metalistas da Metrópole.
- II. Foi mais "democrática" que a empresa açucareira do Nordeste, ao exigir,

704	1	90
		00
720	1	25
		000
725	1	20
		000

(LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 1990.)

a) O século XVIII foi marcado por inúmeras descobertas de ouro no Brasil, possibilitando um aumento da extração desse metal, como se observa na tabela acima.

b) Essas descobertas provocaram mudanças significativas na organização colonial, tais como:

c) recuperação agrícola do Nordeste e redução das atividades pastoris

d) estabelecimento da capital na cidade do Rio de Janeiro e incentivo às atividades urbanas

declínio da utilização de mão-de-obra escrava e ampliação do trabalho assalariado nas minas

e) superação da condição de colônia e elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves

15 - (UFJF – 2000) 23. "A mineração se estabeleceu sob o signo da pobreza e da conturbação social, marcando-a sobretudo o enorme afluxo de gente que acudiu ao apelo do ouro (...)" (Laura de Mello e Souza. Os desclassificados do ouro.)

Com relação à sociedade mineradora no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

a) foi marcada pela diversidade, percebida não só pela presença de cativos, como também de vasta população livre, envolvida em atividades comerciais, artesanais e de prestação de serviços;

b) no seu auge, caracterizou-se por amplas possibilidades de mobilidade social, observada pela presença de grande população negra liberta e sua ascensão a cargos políticos e burocráticos da Coroa Portuguesa;

c) a rápida concentração de pessoas na região mineradora gerou problemas de abastecimento que, aos poucos, foram solucionados através da formação de uma dinâmica economia mercantil de alimentos;

d) marcada por intensas rebeldias, não só de escravos, mas também da população livre, em oposição aos rigores da fiscalização e da alta tributação imposta pela Metrópole.

16 - (UFMG – 1999) Leia o texto.

"Ninguém duvida que chegaremos àquela última infelicidade que receamos, se Vossa Majestade não se dignar de fazer, às Câmaras destas Minas, a graça de que possam dispender tudo o que for preciso de porção certa e anual aos capitães-do-mato, para continuarem a desinfestar as estradas destes capitais inimigos [...], que querem lançar o jugo do cativo com maior conhecimento de suas forças, pelo nosso descuido em não os desbaratarmos em seus redutos, onde cada vez se fazem mais formidáveis".

Carta do Senado da Câmara de São João del-Rei ao

Rei de Portugal, 28 de abril de 1745.

Esse trecho do documento citado refere-se

a) à pobreza da região mineradora, que necessitava de um fluxo constante de recursos fornecidos pela Metrópole.

b) às lutas dos mineradores contra os índios da Capitania de Minas Gerais que atacavam constantemente as vilas e arraiais da região.

c) à necessidade de controlar, na região mineradora, os atos de rebeldia dos escravos, como assaltos e formação de quilombos.

d) à proibição da Coroa Portuguesa de que os Senados da Câmara das Minas Gerais contratassem e pagassem os capitães-do-mato.

17 - (UFMG – 2000) Antonil, jesuíta que viveu no Brasil, no período colonial, destacou a importância da posse de escravos, descrevendo-os como "as mãos e os pés do senhor...".

Na perspectiva da economia colonial, essa importância pode ser confirmada pela vinculação entre o número de escravos possuídos e a doação de

a) capitânicas hereditárias, lotes de terras em que foi dividida a Colônia.

b) datas de ouro, lotes de terra destinados à exploração mineral.

c) sesmarias, para exploração, de acordo com o Regimento de Tomé de Souza.

d) títulos de nobreza, necessários à obtenção de terras para a agricultura.

18 - (UFMG – 2000) Leia o trecho de documento.

Senhor. Sendo como é a obrigação a primeira virtude, porque importa pouco zelar cada um o seu patrimônio, e descuidar-se da utilidade alheia quando lhe está recomendada, se nos faz preciso representar a Vossa Majestade a opressão universal dos moradores destas Minas involuta no arbítrio atual de se cobrarem os [impostos] de Vossa Majestade devidos, podendo

ser pagos com alguma suavidade de outra forma sem diminuição do que por direito está Vossa Majestade recebendo, na consideração de que sejam lícitos os fins se devem abraçar os meios mais toleráveis...

Representação do Senado da Câmara de Vila Rica ao Rei de Portugal, 26 de dezembro de 1742.

Nesse trecho, os oficiais da Câmara de Vila Rica estão-se referindo à cobrança do

a) dízimo eclesiástico, imposto que incidia sobre os diamantes extraídos no Distrito Diamantino.

b) foro enfitêutico, tributo cobrado proporcionalmente à extensão das sesmarias dos mineradores.

c) quinto do ouro, imposto cobrado por meio da capitação, que taxava também outras atividades econômicas.

d) subsídio voluntário, destinado a cobrir as despesas pessoais do Rei de Portugal.

19 - (UFPB) Com relação às explorações do ouro nas Minas Gerais durante a colônia, pode-se afirmar:

a) O período de maior produção aurífera deu-se em meados do século XVII, em franca concorrência com o auge da produção de açúcar e fumo.

b) A coroa portuguesa promoveu o incentivo fiscal e o corte de impostos sobre a extração e comercialização de ouro em função do desenvolvimento das minas e a concentração populacional derivada de atividades relacionadas a elas.

c) As minas propiciaram uma diversificação relativa dos serviços e ofícios, tais como comerciantes, artesãos, advogados, médicos, mestres-escolas entre outros.

d) O divertimento e a atividade social foram intensos e eminentemente profanos, embora as confrarias e as irmandades tenham sido associações que desempenharam um certo papel na sociabilidade.

e) A rigidez hierárquica da sociedade não permitiu a mestiçagem étnica e raramente o negro e o mulato chegavam a praticar um ofício ou ocupar cargo administrativo.

20 - (UFRN – 2000) No século XVIII, teve início a exploração da região mineradora no Brasil, provocando transformações importantes na economia colonial, tais como o (a)

a) desenvolvimento de um intenso mercado interno na colônia, dinamizado por

comerciantes e tropeiros atraídos pela chance de enriquecimento.

b) criação de um grande centro produtor de manufaturas, na zona aurífera, o qual fornecia produtos para o consumo das outras capitanias.

c) valorização da moeda local, possibilitando, à Coroa portuguesa, obter um grande aumento da arrecadação tributária que pesava sobre a colônia.

d) investimento de capitais estrangeiros na atividade agroexportadora açucareira, para fazer frente ao rápido processo de crescimento da mineração.

21 - (UNIFOR – 1998) Explicam a decadência da economia mineradora, entre outros fatores, a

a) insuficiência tecnológica, para a exploração de minas em maior profundidade.

b) sobrecarga tributária imposta pela metrópole.

c) queda do preço do ouro no mercado europeu.

d) inflação desencadeada pela emissão de grande quantidade de moedas.

e) pena imposta aos envolvidos na Inconfidência Mineira.

22 - (UNIFOR – 2000) Leia com atenção.

(...) Lá vão pelo tempo adentro
esses homens desganhados:

duro vestido de couro
enfrenta espinhos e galhos;
em sua cara curtida
não pousa vespa ou moscardo;
comem larvas, passarinhos,
palmitos e papagaios;
sua fome verdadeira
é de rios muitos largos,
com franjas de prata e de ouro,
de esmeraldas e topázios. (...)

(Cecília Meireles, Romanceiro da Inconfidência. Rio de

Janeiro: Nova Fronteira, 1983.)

O poema descreve um fenômeno que pode ser associado,
no Brasil, aos

a) vaqueiros e à pecuária.

b) bandeirantes e à mineração.

c) tropeiros e ao ciclo da borracha.

d) portugueses e à cana-de-açúcar.

e) sesmeiros e ao extrativismo vegetal.

23 - (FAESP – 1997) A atividade mineradora introduziu uma série de modificações nas estruturas econômica, social e política do Brasil. Muitas destas alterações desapareceram com o declínio da mineração; outras, porém, permaneceram e, mais tarde, influíram no

processo de modernização ocorrido no Brasil em meados do séc. XIX. Essas conseqüências são, exceto:

- a) provocou um surto demográfico.
- b) conservou a estrutura de trabalho vigente no Brasil.
- c) provocou o crescimento do mercado interno.
- d) alterou a estrutura social brasileira.

24 - (UFMG) Após a expulsão dos holandeses do Brasil (1654), Portugal associou-se ao capital inglês. Em relação ao Brasil-Colônia, esse nova união acarretou

- a) A assinatura do Tratado de Methuen e o acirramento da legislação tributária na área mineradora.
- b) O fim das exportações do açúcar e o abandono da área de cultura canavieira.
- c) A demarcação e o fechamento do Distrito Diamantino, com o estabelecimento da Real Extração.
- d) A abertura do comércio a todas as nações européias, com o fim do regime de monopólio.
- e) O desenvolvimento de pecuária para a exportação de seus subprodutos à Inglaterra.

25 - (FUVEST) No período da exploração do ouro nas Gerais um dos sérios problemas da população mineradora foi.

- a) tentativa da Coroa Portuguesa de forçar maior exploração dos escravos.
- b) O controle exercido pelos fiscais da Coroa quanto à entrada de equipamento para a mineração.
- c) O abastecimento da população face à carência de produtos de subsistência.
- d) O ataque de tribos indígenas a acampamentos.
- e) Deficiência de informações governamentais na localização das jazidas.

26 - (SANTA CASA-SP) A mineração no Centro Sul do Brasil, no século XVIII, teve várias conseqüências na colônia, entre as quais se pode destacar

- a) Um abandono acentuado de algumas cidades recém criadas Vila do Príncipe, Ribeirão do Carmo, Congonhas do Campo etc.
- b) Um acentuado decréscimo nas atividades do setor de subsistência: agricultura, pecuária e artesanato.
- c) Uma retração do mercado interno, especialmente em virtude da decadência da atividade criatória.

d) Um aumento do controle da venda de escravos para evitar o esvaziamento da força de trabalho na lavoura.

e) Uma diminuição do tráfico negreiro em virtude da necessidade de mão-de-obra especializada para as minas.

27 - (UFG) A economia mineira, eixo central da economia colonial do século XVIII, distinguiu-se da economia açucareira nos seguintes aspectos.

- a) Desenvolveu o mercado interno e a sociedade urbana, convertendo-se num centro de distribuição de renda.
- b) Criou uma sociedade mais estratificada e dependente do mercado externo.
- c) Sua exploração exigia vultosos capitais, sendo impraticável para classes menos favorecidas.
- d) Estimulou o desenvolvimento de atividades agrícolas de subsistência na região das Minas, por não depender da mão-de-obra especializada.
- e) Estabeleceu a superioridade do trabalho escravo sobre o trabalho livre, ao contrário da região açucareira.

28 - (CESGRANRIO) Como principais fatores que determinaram, em 1763, a transferência da sede da administração colonial portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro, podemos destacar.

- a) O declínio açucareiro da Bahia e Pernambuco e ascensão das capitais do Centro-Sul: São Paulo, Minas Gerais e o atual Rio Grande do Sul.
- b) A preocupação da Coroa Portuguesa no sentido de realizar uma ação controladora mais efetiva sobre as regiões mineradoras do Brasil, e, ao mesmo tempo, enfrentar as crescentes ameaças espanholas no Extremo Sul.
- c) A política de centralização administrativa posta em prática por Sebastião José Carvalho e Melo futuro Marquês de Pombal, com o objetivo de eliminar as tendências expansionistas do Centro-Sul.

d) A crise da economia colonial, notadamente nas regiões Centro-Sul do Brasil, e a superação da divisão do governo em duas "repartições", com a instalação do Vice-Rei no Rio de Janeiro.

e) O desenvolvimento da lavoura açucareira na região de Campos dos Goitacases e a necessidade de incrementar o plantio do café no vale do Paraíba do Sul.

29 - (FUVEST) Podemos afirmar sobre o período da mineração no Brasil que:

a) atraídos pelo ouro, vieram para o Brasil aventureiros de toda espécie, que inviabilizavam a mineração.

b) a exploração das minas de ouro só trouxe benefícios para Portugal.

c) a mineração deu origem a uma classe média urbana que teve papel decisivo na independência do Brasil.

d) o ouro beneficiou apenas a Inglaterra, que financiou sua exploração.

e) a mineração contribuiu para interligar as várias regiões do Brasil, e foi fator de diferenciação da sociedade.

30. (CESGRANRIO) O desenvolvimento da economia mineradora rio século XVIII teve diferentes repercussões sobre a vida colonial, conforme se apresenta caracterizado numa das opções abaixo. Assinale-a. Incremento do comércio interno e das atividades voltadas para o abastecimento na região centro-sul.

a) Movimento de interiorização conhecido como bandeirismo, responsável pelo fornecimento de mão-de-obra indígena para as minas.

b) Descentralização da administração colonial para facilitar o controle da produção.

c) Sufocamento dos movimentos de rebelião, graças à riqueza material gerada pelo ouro e pela prata.

d) Retorno em massa, para a metrópole, dos colonos enriquecidos pela nova atividade.

GABARITO:

1 - C / 2 - E / 3 - E / 4 - B / 5 - E / 6 - E / 7 - D / 8 - E / 9 - E / 10 - E / 11 - D / 12 - A / 13 - E / 14 - D / 15 - B / 16 - C / 17 - B / 18 - C / 19 - C / 20 - A / 21 - A / 22 - B / 23 - B / 24 - A / 25 - C / 26 - D / 27 - A / 28 - B / 29 - E / 30 - A

Os conflitos existentes no continente europeu, iniciados com a Revolução Francesa vão trazer conseqüências de valores inestimáveis para o Brasil. Além da importância da Revolução para as rebeliões no Brasil Colônia, como já notamos anteriormente, o movimento acabou por dar as bases da ascensão de Napoleão Bonaparte ao trono francês.

Este momento reflete o fim das inconstâncias sociais do movimento revolucionário e o início da expansão imperialista francesa pela Europa. A busca por novos mercados acabou por fortalecer o estado economicamente e militarmente e o colocou numa situação de concorrência com sua maior rival: a Inglaterra.

Na tentativa de conquista do império britânico, Napoleão acabou por fracassar na alternativa naval, e o imperador francês então optou pela via comercial. Neste quadro, em 1806 Napoleão assina com a maioria dos países europeus o Bloqueio Continental. Este tratado firmava a proibição dos países a comercializarem com os ingleses, sob pena de invasão de seus territórios pelos exércitos napoleônicos.

Diante deste quadro, os lusitanos ganham importância primordial, uma vez que manteve por longos anos acordos comerciais com os ingleses, necessitava das manufaturas britânicas e poderia sofrer retaliações dos mesmos. No entanto, caso não obedecesse a instrução francesa, teria o seu território tomado pelos franceses.

Após as várias oscilações por parte de D. João VI – dúvidas essas derivadas das diferentes pressões que sofria dentro do aparelho estatal, uma vez que dentro deste havia uma linha que defendia o aceite ao bloqueio e outra que não queria o rompimento com os antigos parceiros – o exército francês acabou por invadir as terras lusitanas. Desde o momento da decretação do Bloqueio os ingleses vinham pressionando o reino português a transferir sua corte para terras brasileiras, uma vez que estas neste momento compunham a parte mais preciosa do reino português, e com a invasão, não restou outro caminho ao rei, senão a transferência do aparelho estatal para a América do Sul.

Com isso, em 29 de Novembro de 1807 desembarcava no Brasil cerca de 15.000 nobres, em 36 navios, escoltados por navios britânicos.

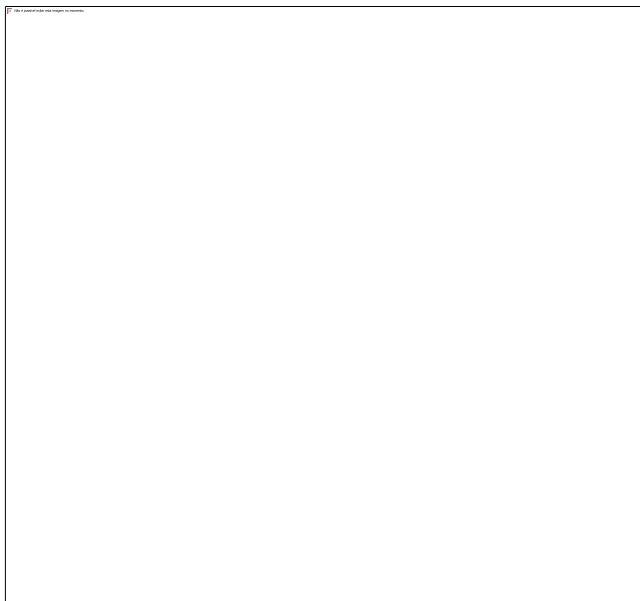
CAPÍTULO 02

A Independência do Brasil

O Processo de emancipação política do Brasil envolve uma gama de fatores que vai muito além de restrições geográficas, ideológicas, sociais, políticas e econômicas. Logicamente, estes fatores explicitados acima são de extrema importância para compreendermos o encaminhamento do processo, mais se os estudarmos de maneira dispersa e sem conectividade, as possibilidades de entendimento serão em muito reduzidas. É necessário compreender como estes diferentes assuntos se ligam, e como a sua coesão acaba por desembocar no momento de Independência. Pedimos a devida atenção ao tema estudado anteriormente, que são as diferentes rebeliões ocorridas no Brasil Colônia. Estes levantes nada mais expressam do que os descontentamentos de diferentes classes para com a opressão metropolitana, e podem ser caracterizadas como movimentos fundadores da idéia de emancipação, nos movimentos em que este assunto foi lembrado.

Para iniciarmos o esboço da Independência, devemos nos remeter a um continente distante das Américas, isto é, deveremos iniciar com o estudo da contextualização do momento europeu, que veio a gerar a transferência da corte portuguesa para o Brasil.

1 – A Vinda da Família Real



2 – Reflexos dos Portugueses Reais em Terra Tupiniquim

A família real no Brasil, com toda sua corte acabou trouxe alterações nos diferentes campos coloniais. Muitos historiados, mais voltados a vertente economicista garantem que a independência ocorre em 1808 e não em 1822, face que neste momento o rei passa a fazer decretos que visam não mais Portugal e sim o Brasil e suas necessidades. Temos logo após o desembarque o decreto de Abertura dos Portos as Nações Amigas, que pregava que as nações que mantivessem relações amistosas com Portugal poderiam vender seus produtos no Brasil, neste momento somente a Inglaterra. Era necessário abrir os portos, pois os dois únicos que Portugal comercializava com a Europa, estavam sob domínio da França. Se isso não ocorresse, a Coroa seria sufocada. Este decreto deve ser entendido como uma abertura comercial, pois este ato representa o fim do monopólio comercial que tanto incomodava as elites.

Temos ainda no mesmo ano o Alvará de 1º de Abril, que revogava o alvará de 1785 que proibia a instalação de manufaturas no Brasil. A partir desta data estava liberada a implementação das manufaturas e indústrias no país. No entanto, esta lei não trouxe efeitos imediatos, pois era impossível concorrer com os produtos ingleses. Além disso, a elite senhorial e seus interesses, a escravidão que impossibilitava um mercado consumidor em grande escala e a estrutura tipicamente agrária explicam a falta de sustentação para o desenvolvimento manufatureiro.



(Urbanização do Rio de Janeiro)

No contexto de alterações econômicas temos em 1810 o Tratado de Comércio, que determinava o imposto sobre as importações dos produtos ingleses em 15% e os produtos de outros países em 24% e os de Portugal (já independente do domínio francês) em 16%. Os produtos ingleses assim reforçaram sua presença no Brasil e o mesmo acabou por ficar ainda mais dependente dos ingleses.

Sobre a população, anda iria restar um pesado ônus. Uma vez transferida para o Brasil a corte transfere todo um aparato jurídico, político e militar a ser mantido sob as custas dos brasileiros. Assim para manter os serviços, o rei criou vários impostos, distribuiu títulos nobiliárquicos aos senhores e comerciantes, logicamente, mediante a doações. Criou ainda o Banco do Brasil, aumentando a esfera de atuação do Estado e assim, a população que inicialmente se beneficia com a Abertura dos Portos é onerada com os altos gastos de Estado Português no Brasil.

Com a transferência da corte, o Brasil passa a ser sede do reino. Assim, nada mais natural do que mudanças administrativas para melhoria e desenvolvimento dos diferentes setores econômicos. Foram criados três ministérios: Guerra e Estrangeiros, Marinha e Fazenda e interior. Promoveu a Junta de Comércio e a Casa de Suplicação, alterou a administração das capitânicas que agora passam a ser províncias e criou novas. Com o objetivo de participar da administração estatal, vários brasileiros compraram títulos de nobreza. Assim, acabamos por ter o desenvolvimento de uma elite social dentro do país, composta em sua maioria por proprietários de terra, que agora passam a se articular em busca dos interesses particulares de sua classe. Este momento é de importância significativa, uma vez que no momento do retorno do rei a Portugal é este o grupo que vai engendrar o movimento de independência.

A sociedade brasileira assim sofreu profundas transformações, e a cidade que melhor denota tais mudanças é a cidade portuária do Rio de Janeiro, pois a transferência do eixo

administrativo acabou por mudar a fisionomia, que agora passou a contar com uma certa vida cultural. Temos um maior acesso aos livros, uma maior circulação idéias, a criação do primeiro jornal em 1808, temos ainda teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, visando atender uma população urbana em rápida expansão, uma vez que a população praticamente dobrou. Essas mudanças não podem ser confundidas com o liberalismo no plano das idéias, pois apesar das mudanças, a marca do absolutismo permaneceu, com a comissão de censura, que proibia a publicação de papéis contra o governo a religião e os bons costumes. As mudanças pelas quais passam a nova capital eram claramente controladas pelo governo e seus interesses. Mesmo assim não podemos deixar de ressaltar criações como: o Jardim Botânico, Academia Militar, Academia da Marinha, Biblioteca Real...

Em relação a política externa o Brasil foi elevado a categoria de vice-reino junto a Portugal, para assim tentar aumentar o poder de Portugal frente ao Congresso de Viena (com o princípio da legitimidade e do equilíbrio Europeu) e também marca o reconhecimento da importância que o Brasil tinha tomado frente a Portugal.

Além disso, D. João toma medidas em represália a Napoleão, como por exemplo, a expedição para dominar as Guinas Francesas, que ficaram sob domínio luso. No Vice Reino do Prata, começaram com a invasão da Espanha pela França, movimentos que visavam a independência. Em 1811 Argentina e tinham conseguido e a região uruguaia estava próxima de ser libertada de Buenos Aires. O Brasil acompanhou atento aos movimentos, pois já havia adquirido o reconhecimento de sua presença na região e assim desejava manter o mesmo, e também queria evitar o fortalecimento argentino.

A Revolução Pernambucana de 1817



O porto em Recife, o marasmo no cais do Trapiche, indicam a decadência da economia pernambucana.

Neste período o nordeste passa por uma enorme seca, e conseqüentemente grande queda na taxa de exportação, com os senhores perdendo grande parte de seu lucro, e quase desaparecimento da cultura de

subsistência, com aumento da miséria. Para deteriorar ainda mais a situação dos nordestinos, os impostos criados para sustentação da corte no Brasil, acabaram por gerar um grande quadro de descontentamento na população em geral. O ponto flagrante de descontentamento se dava quando ocorria a comparação do luxo da capital da corte com a miséria e dificuldades regionais.

Este descontentamento nordestino era mais aguçado em Pernambuco, região que durante vários anos se consagrou como a região mais rica e promissora do Brasil, onde a vida luxuosa dos seus senhores não encontrava precedentes em todo território Nacional.

No entanto, este quadro de profunda austeridade não se repetia, e a insatisfação popular acabou por fomentar um campo propício para a difusão de idéias liberais, através principalmente do Seminário de Olinda e por lojas Maçônicas. As reuniões nas casas de militares passaram a se tornar cada vez mais constantes, e contavam cada vez mais com a adesão de grandes senhores de engenho, comerciantes, padres e estudantes recém chegados da Europa, com todo o ideário revolucionário do continente. Por último, não podemos deixar de citar a presença cada vez mais notória de setores populares da população nordestina. Ampliando o grau de descontentamento, temos ainda a figura do Governador de Pernambuco, um gaúcho, de desregrada, que aumentava a ira dos nativos.

O movimento eclode no momento em que o governador avisado do movimento manda prender o líder José Barros Lima. No entanto, o mesmo foge da prisão e este fato somado com a deserção da grande maioria de soldados brasileiros, animam os revolucionários.

Os revoltosos ganham em ímpeto, e em Março do mesmo ano, tomam a sede do governo e proclamam um governo republicano em Recife. No mesmo mês, a Paraíba instala sua república. O governo provisório tinha como principais objetivos: proclamação da república, abolição da maioria dos impostos e elaboração de uma constituição, documento este estabeleceria a liberdade religiosa e de imprensa, além da igualdade de todos perante a lei. Somente no quesito a respeito da escravidão os revoltosos abandonavam o ideal liberal, como meio de evitar o choque com os interesses dos senhores de engenho. Queriam a abolição, mas desde que essa não atrapalhasse a economia local e nem prejudicasse os donos de cativos.

O governo não durou mais de um mês, já que logo em seguida as tropas portuguesas reprimiram o movimento de forma

violenta, esmagando a república recém fundada. Os principais líderes do movimento foram executados. Era o governo lusitano tentando através do derramamento de sangue manter o seu poder.

Independência enfim Materializada.

No período em que a família real esteve no Brasil as mudanças se mostraram constantes. O Brasil se tornara de colônia em Reino Unido; o Estado desenvolveu vários órgãos, instituições e tribunais, o governo investiu em arte, ensinos, e a cidade portuária do Rio de Janeiro desenvolveu costumes do velho continente. Na Europa, os acontecimentos pós Revolução Francesa, continuavam a trazer alterações. A derrota napoleônica provocou o Congresso de Viena, o primeiro encontro entre as nações européias. As conclusões do encontro são chamadas nos meios acadêmicos de Regresso Conservador, dado ao conteúdo monárquico das decisões. Visava-se o retorno da velha ordem absolutista.

Devemos destacar o Congresso, pois foi o mesmo um dos causadores da elevação do Brasil a condição de Reino Unido, pois para participar do congresso, os reis deveriam residir em reinos e não em colônias. Assim, mesmo com o objetivo claro de sustentar o pacto colonial nas colônias latinas, o Congresso teve enorme participação para o desenvolvimento sócio - econômico do Brasil. Ao defender o princípio da legitimidade, o mesmo garantiu os direitos da Dinastia Bragança sobre Portugal, reprimindo movimentos republicanos e de tentativa de ruptura com a família real. Além disso, pelo congresso as Guianas Francesas recém conquistadas pelo Brasil, retornavam aos braços da França.

1 – A Revolução Liberal do Porto de 1820

Desde a transferência da Corte para o Brasil, Portugal passava por uma situação no mínimo desconfortável: após a expulsão dos franceses de seu território, os lusos ficaram sob tutela dos ingleses. A posição de D. João, contribuía para a situação, uma vez que mesmo sem a presença francesa, o mesmo permanecia no Brasil. Além disso, as medidas liberais do governo no Brasil acabaram por prejudicar os comerciantes lusitanos, levando sua economia a uma situação delicada. Em 1818 foi fundada na cidade do Porto uma associação liberal inspirada na Revolução Francesa. Esta associação reuniu comerciantes, que saíram prejudicados com as medidas de abertura de comércio do rei no Brasil, padres e também militares.

A revolução eclodiu quando em agosto de 1820, quando o general inglês que governava Portugal viajou ao Brasil, os rebeldes formaram uma Junta Provisória, e o movimento finalmente chegou a Lisboa tornando-se um movimento nacional. Os britânicos foram obrigados a se retirar, e convocou-se uma assembléia para elaboração de uma constituição.

As notícias acerca do movimento chegaram ao Rio de Janeiro. A exigência do retorno do rei, para que este jurasse a constituição gerava duas alternativas: o retorno do próprio rei, ou a ida do príncipe Pedro, para que este acalmasse os ânimos revoltosos. Neste momento de dúvidas a revolução foi propagada ao Brasil, com a adesão do Pará, depois a Bahia, todos com o objetivo de obedecer a constituição portuguesa. Vale destacar que tal fato reflete os descontentamentos populares para com o governo do Rio de Janeiro e todos os seus impostos, além de que a viagem a Lisboa era menos desgastante do que ao Rio.

D. João tentou enviar o Príncipe e membros do governo brasileiro para ajudar na elaboração da constituição, mais a guarnição militar do Rio, fiel as Cortes opôs-se a idéia. Com este quadro, de pressão popular, militar, além do risco de perder o controle no Nordeste, não restava outra saída ao Rei, a não ser retornar a Lisboa e jurar a constituição, nomeando D. Pedro, como príncipe regente do Brasil. Além do retorno do rei, foram eleitos deputados a serem enviados as cortes. Estes foram com a idéia ilusória de tentar manter a liberdade de comércio adquirida com os decretos reais.

No entanto, as cortes aos poucos definiram sua linha de tentativa de recolonização (restauração do Pacto Colonial) do Brasil. Dois fatos descontentavam os liberais: a autonomia do Brasil e a penetração inglesa. Tentou-se anular os privilégios concedidos aos ingleses, e buscou – se a subordinação dos governos provinciais a Lisboa.

Temos assim o início de uma bipolarização política no Brasil: de um lado setores comerciais influentes de Portugal, que visavam o restabelecimento colonial, e de outros os proprietários de terra do Brasil, comerciantes brasileiros, empresas inglesas, beneficiados com a abertura comercial, e não admitiam a recolonização. No Brasil inteiro, a mobilização a respeito do tema se mostrava latente, e diante do desconforto da situação, existiram polarizações políticas:

A – O Partido Português:

Os portugueses que moravam no Brasil, formavam um contingente considerável.

Entre eles temos comerciantes, militares e funcionários da Coroa, que apoiavam o movimento do Porto. Principalmente os comerciantes, prejudicados em seus ganhos com a liberalização da política joanina.

B – O Partido Brasileiro (ou Liberais Moderados)

Composto pela aristocracia rural, comerciantes e burocratas, em outras palavras, formado pela elite colonial. O grupo seria prejudicado de maneira veemente em caso de recolonização, mais também, pelo seu caráter conservador, não via com bons olhos a Independência. O medo era de o movimento ganhar um caráter revolucionário, de participação popular, onde seus privilégios poderiam ser questionados e ameaçados. O objetivo era negociar com as Cortes, para que ambas as partes não fossem prejudicadas e se evitaria a Independência. O líder: José Bonifácio de Andrada.

C – Liberais Radicais

Era um grupo heterogêneo, composto por pequenos proprietários, membros do clero, intelectuais liberais, pequenos comerciantes, e tinham em comum o fato de defender os princípios liberais. Eram contra as propostas portuguesas e achavam que o melhor caminho seria romper definitivamente os laços portugueses, movendo uma Independência para modificar o quadro socioeconômico do Brasil.

D – Os Bragança

D. Pedro tinha uma formação marcadamente absolutista, não estando habituado com contestações ao seu poder, e a Revolução do Porto acabou por questionar o poder dos Bragança. As cortes passaram a exigir o retorno também do príncipe, para que esse jurasse a Constituição, e esta situação o colocou em oposição as Cortes, dado a sua falta de intenção de cumprir com o determinado. O príncipe tinha o temor de perder o poder em Portugal e também no Brasil, naquele momento, economicamente mais importante que Portugal.

2 – A Separação Definitiva

Embora a Independência do Brasil tenha sido um arranjo político, como defende Caio Prado Júnior, ela implica também em uma complexa luta social. As classes buscavam nada mais do que defender os interesses particulares de cada uma. No fim, a grande vitoriosa como veremos, foi à classe dos latifundiários escravistas.

Para o Partido Brasileiro, o ideal era a criação de uma monarquia dual, que preservasse a autonomia e o liberalismo comercial e mantivesse a ordem. No entanto, a intransigência das Cortes fez o partido inclinar-se

para emancipação, sem alterar a ordem social e seus privilégios. Os liberais revolucionários, mais ligados as classes populares, assim potencialmente revolucionários, defendiam mudanças mais profundas e democráticas.

No entanto, os Liberais Moderados é que encontravam meios econômicos e políticos para alcançar o seu objetivo, contando principalmente com o apoio da liberalista burguesia britânica.

D. Pedro, não pretendia retornar a Europa, e se aproximou dos brasileiros, reforçando sua posição para as “Cortes”. D. Pedro era cortejado pelos Brasileiros e pelos Radicais, que envergavam nele o líder capaz de alterar a ordem. Por outro lado, José Bonifácio, tentava afastá-lo dos radicais afirmando que estes tentariam implantar uma República, onde os Bragança perderiam seu lugar. O caminho para este seria a aliança com os Brasileiros e uma negociação com as “Cortes” para evitar a recolonização. No entanto, com a posição das “Cortes” não restou outro caminho ao partido a não ser o da defesa a emancipação, para que não se prejudicasse os seus negócios. Nesse momento ocorre a junção de circunstâncias, o Partido Brasileiro enxergando um líder para romper os laços com Portugal e este líder encontrando no partido o apoio contra os lusitanos. A Independência, no entanto, iria ter algumas condições: manter a população longe do movimento, manter a unidade territorial e não alterar a estrutura do país.



(D. Pedro I)

Em Dezembro de 1821 o decreto vindo de Portugal propunha: abolição da regência e o imediato retorno do príncipe, a obediência a Lisboa e não ao Rio de Janeiro. Em resposta, D. Pedro une os aliados e transforma a sua decisão em um ato político. Reúne a multidão no campo de Santana e declara ao povo sua intenção: foi o “Dia do Fico”. Esta decisão foi resultado de um amplo movimento organizado por José Bonifácio. José Bonifácio, político ligava o príncipe a políticos paulistas e acabou por seus contatos sendo nomeado ministro de governo, pela primeira vez, um cargo de tal importância foi dado a um brasileiro.

No caminho de rompimento com as Cortes, D. Pedro declarou que toda ordem de

Lisboa só seria seguido se fosse assinada por ele escrevendo "Cumpra-se". Com este ato a Câmara do Rio de Janeiro lhe confere o título de Defensor Perpétuo do Brasil.

Em junho do mesmo ano D. Pedro convoca uma Assembléia para elaborar uma nova Constituição, em paralelo com o Reino Português. A idéia inicialmente contrária a José Bonifácio acabou sendo aceita pelo mesmo. No entanto este tentou descaracteriza-la propondo eleições indiretas para Assembléia. A idéia venceu a teoria dos liberais radicais que defendiam eleição direta.

Em Agosto D. Pedro escreve o manifesto, explicando para as demais nações os motivos que fizeram o rompimento como único caminho a ser seguido.

Em Setembro, em meio a uma viagem a São Paulo, chega ao Rio de Janeiro mais uma carta das Cortes, em to ameaçador, informando a possibilidade de uma pessoa para substituir o príncipe no comando da nação, caso este não aceitasse o simples papel de delegado. Em São Paulo, quando recebe a carta, resolve mesmo em território paulista declarar a Independência do Brasil, em 7 de Setembro de 1822.



3 – Conclusão

Como observa-se a independência teve um caráter conservador: isto é: manteve o que já havia antes. Enquanto nos outros países da América do Sul onde os movimentos buscavam alterar o que já havia antes, no Brasil a preocupação foi manter o espaço conquistado pelas ações joaninas e que estavam ameaçadas.

Assim temos a vitória do Partido Brasileiro, pois temos: a manutenção da liberdade de comércio, a autonomia administrativa e evitou-se uma que o movimento se transformasse em uma convulsão social, com a alteração da ordem. Resumindo: a Independência foi um arranjo das elites políticas que visavam manter afastado do movimento as camadas populares, para assim preservar a monarquia, os seus privilégios, a

escravidão e a exploração da maioria da população.

As preocupações iniciais foram: irradiar o movimento inicialmente de caráter regional, para nacional, isso é, que a Independência fosse aceita além do sudeste. Era necessário garantir a integridade territorial sufocando as resistências de algumas regiões, como o Pará, Maranhão....Era necessário ainda que as principais potências mundiais reconhecessem o país como uma nação, pois só assim seria mantida a tranquilidade do modelo agro-exportador.

Nossa Independência tem um caráter diferenciado das demais nações européias, mais tem traços semelhantes também, pois também foi influenciada pela Independência dos Estados Unidos e pela Revolução Francesa, como vimos nas rebeliões do Brasil colonial.

A emancipação política do Brasil não trouxe mudanças mais significativas na estrutura social, pois homens pobres livres, escravos e pessoas afastadas do grande centro permaneceram a margem do movimento.

Exercícios

1 - (ALFENAS – 2000) O Bloqueio Continental, em 1807, a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos em 1808, constituíram fatos importantes

- na formação do caráter nacional brasileiro.
- na evolução do desenvolvimento industrial.
- no processo de independência política.
- na constituição do ideário federalista.
- no surgimento das disparidades regionais.

2 - (ESPM – 2000) Acontecimentos políticos europeus sempre tiveram grande influência no processo da constituição do estado brasileiro. Assim, pode-se relacionar a elevação do Brasil à situação de Reino Unido a Portugal e Algarves, ocorrida em 1815,

- às tentativas de aprisionamento de D. João VI, pelas forças militares de Napoleão Bonaparte.
- à Doutrina Monroe, que se caracterizava pelo lema: "a América para os americanos".
- ao Bloqueio Continental decretado nesse momento por Napoleão Bonaparte e que pressionava o Brasil a interromper seu comércio com os ingleses.
- ao Congresso de Viena, que se encontrava reunido naquele momento e se

constituía em uma rearticulação de forças políticas conservadoras.

e) a política de expansionismo econômico e à tentativa de dominar o mercado brasileiro, desenvolvida pelos ingleses após a Revolução Industrial.

3 - (UNIBH – 1999) “Em 1808, 90 navios, sob bandeiras diversas, entraram no porto do Rio de Janeiro, enquanto, dois anos depois, 422 navios estrangeiros e portugueses fundearam naquele porto. Por volta de 1811, existiam na capital 207 estabelecimentos comerciais portugueses e ingleses, além dos que eram possuídos por nacionais dos países amigos de Portugal”.

As modificações descritas no texto estão relacionadas com

- a) o período joanino e o Ato Adicional à Constituição imperial.
- b) a abertura dos portos e a guerra de independência da Cisplatina.
- c) o domínio napoleônico em Portugal e a implantação do Estado Novo.
- d) a abertura dos portos e os tratados de comércio e amizade com a Inglaterra.

4 - (FGA – CGA - 1998) A Revolução do Porto de 1820 se caracterizou como um movimento de:

- a) consolidação da independência do Brasil;
- b) retorno a ordem absolutista em Portugal;
- c) repulsa a invasão francesa em Portugal;
- d) descolonização do império português na África;
- e) revolução liberal e constitucional.

5 - (FGA – CGA - 1998) "As notícias repercutiam como uma declaração de guerra, provocando tumultos e manifestações de desagrado. Ficava claro que as Cortes intentavam reduzir o país à situação colonial e era evidente que os deputados brasileiros, constituindo-se em minoria (75 em 205, dos quais compareciam efetivamente 50), pouco ou nada podiam fazer em Lisboa, onde as reivindicações brasileiras eram recebidas pelo público com uma zoadada de vaias. À medida que as decisões das Cortes portuguesas relativas ao Brasil já não deixavam lugar para dúvidas sobre suas intenções, crescia o partido da Independência."

(Emília Viotti da Costa. Introdução ao Estudo da Emancipação Política)

O texto acima se refere diretamente:

- a) Aos movimentos emancipacionistas: às Conjurações e à Insurreição Pernambucana;

b) À necessidade das Cortes portuguesas de reconhecer à Independência do Brasil;

c) À tensão política provocada pelas propostas de recolonização das Cortes portuguesas;

d) À repercussão da Independência do Brasil nas Cortes portuguesas;

e) Às conseqüências imediatas à proclamação da Independência;

6 - (FUVEST – 1999) Durante o período em que a Corte esteve instalada no Rio de Janeiro, a Coroa Portuguesa concentrou sua política externa na região do Prata, daí resultando

- a) a constituição da Tríplice Aliança que levaria à Guerra do Paraguai.
- b) a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina.
- c) a formação das Províncias Unidas do Rio da Prata, com destaque para a Argentina.
- d) o fortalecimento das tendências republicanas no Rio Grande do Sul, dando origem à Guerra dos Farrapos.
- e) a coalizão contra Juan Manuel de Rosas que foi obrigado a abdicar de pretensões sobre o Uruguai.

7 - (PUC – MG – 1998) Refere-se à Revolução Pernambucana de 1817:

I. O objetivo dos rebeldes era proclamar uma república inspirada nos ideais franceses de igualdade, liberdade e fraternidade.

II. Os líderes do movimento foram condenados à morte por enforcamento.

III. Os revoltosos, após matarem os chefes militares governamentais, conquistaram o poder por 75 dias.

- a) se apenas a afirmação I estiver correta.
- b) se apenas as afirmações I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmações I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmações II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmações estiverem corretas.

8 - (PUC – MG – 1999) A presença da Corte Portuguesa no Brasil (1808 – 1820) gerou grandes transformações na vida econômica, política e sócio-cultural brasileira, tais como, EXCETO:

- a) abertura do Banco do Brasil e da Casa da Moeda.
- b) mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.
- c) revogação do Alvará de 1785, que proibia manufaturas no país.

- d) elevação do Brasil a Reino Unido.
- e) inauguração de institutos científicos como o Jardim Botânico.

9 - (PUC – RS – 1998) Apesar da liberdade para a instalação de indústrias manufatureiras no Brasil, decretada por D. João VI, em 1808, estas pouco se desenvolveram. Isso se deveu, entre outras razões, à

- a) impossibilidade de competir com produtos manufaturados provenientes da Inglaterra, que dominavam o mercado consumidor interno.
- b) canalização de todos os recursos para a lucrativa lavoura cafeeira, não havendo, por parte dos agro-exportadores, interesse em investir na industrialização.
- c) concorrência dos produtos franceses, que gozavam de privilégios especiais no mercado interno.
- d) impossibilidade de escoamento da produção da Colônia, devido à falta de mão-de-obra disponível nos portos.
- e) dificuldade de obtenção de matéria-prima (algodão) na Europa, aliada à impossibilidade de produzi-la no Brasil.

10 - (PUC – RS – 2000) Leia o texto:

“21 de janeiro de 1822 – Fui à terra fazer compras com Glennie. Há muitas casas inglesas, tais como seleiros e armazéns, de secos e molhados; mas, em geral, os ingleses aqui vendem as suas mercadorias em grosso a retalhistas nativos ou franceses. Quanto a alfaiates, penso que há mais ingleses do que franceses, mas poucos de uns e outros. Há padarias de ambas as nações (...). As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta as palavras Superfino de Londres saltam aos olhos: algodão estampado, panos largos, (...), mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham, podem-se obter um pouco mais caro do que em nossa terra nas lojas do Brasil, além de sedas, crepes e outros artigos da China. Mas qualquer coisa comprada a retalho numa loja inglesa ou francesa é, geralmente falando, muito cara.”

(GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo: Edusp, 1990).

O texto acima, de Maria Graham, uma inglesa que esteve no Brasil em 1821, remete-nos a um contexto que engloba:

- a) os efeitos da abertura dos portos e dos tratados de 1810.
- b) o processo de globalização da economia no Brasil.
- c) as reformas econômicas do Marquês de Pombal.

d) a suspensão do Tratado de Methuen, com a ampliação da influência inglesa no Brasil.

e) os efeitos da mineração, que contribuíram para interligar as várias regiões do Brasil ao Exterior.

11 - (UFMG – 1998) Assinale a alternativa que apresenta uma transformação decorrente da vinda da família real para o Brasil.

- a) Fechamento cultural, devido às Guerras Napoleônicas, provocado pela dificuldade de intercâmbio com a França, país que era então berço da cultura iluminista ocidental.
- b) Diminuição da produção de gêneros para abastecimento do mercado interno, devido ao aumento significativo das exportações provocado pela Abertura dos Portos.
- c) Mudança nas formas de sociabilidade, especialmente nos núcleos urbanos da região centro-sul, devido aos novos costumes trazidos pela Corte e imitados pela população.
- d) Formação de novos parceiros comerciais, em situação de equilíbrio, decorrente da aplicação das novas taxas alfandegárias estabelecidas nos Tratados de Amizade e Comércio.

12 - (UFMG – 2000) A abertura dos portos do Brasil, logo após a chegada de D. João VI, foi responsável pela entrada no país de uma grande quantidade de mercadorias inglesas, que passaram a dominar o mercado brasileiro. Essa situação decorreu

- a) da assinatura de tratados com a Inglaterra, que permitiram a importação desses produtos.
- b) da estrutura industrial brasileira, que se baseava na produção de alimentos e tecidos.
- c) da montagem de uma rede ferroviária, que facilitou a distribuição dos produtos ingleses no mercado brasileiro.
- d) do desenvolvimento urbano acentuado, que acarretou o aumento da demanda por produtos sofisticados.

13 - (UFPB – 1995) “Recentemente foi lançado no Brasil o filme “Carlota Joaquina” que satiriza eventos e personagens da monarquia lusa na América. Entre esses personagens está o regente D. João que, no dizer de Caio Prado Jr. era “homem pacífico e indolente por natureza.”

Fonte: História Econômica do Brasil. 40a ed. São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 130.

A respeito da presença da Corte portuguesa no Brasil entre 1808 e 1821, do ponto de vista histórico, pode-se afirmar que:

a) A presença do regente no Rio de Janeiro, sob a proteção da Inglaterra, rompeu com o pacto colonial.

b) A presença portuguesa no Brasil estreitou os laços de união da metrópole com a Inglaterra, garantindo posteriormente uma política mais firme e autônoma de Portugal frente às demais nações européias.

c) Os comerciantes portugueses foram os principais beneficiados com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

d) O retorno da Corte portuguesa deu-se imediatamente após o fim do domínio francês sobre Portugal.

e) Até 1822, com a independência brasileira, não houve modificação administrativa ou econômica na colônia, deixando-a D. João, da mesma forma como a encontrou.

14 - (ALFENAS – 2000) O Bloqueio Continental, em 1807, a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos em 1808, constituíram fatos importantes

a) na formação do caráter nacional brasileiro.

b) na evolução do desenvolvimento industrial.

c) no processo de independência política.

d) na constituição do ideário federalista.

e) no surgimento das disparidades regionais.

15 - (FATEC-SP) “Incapaz de se defender contra o invasor e na iminência de vir a perder a soberania, o regente Dom João acaba por aceitar a sugestão insistente de seus conselheiros, entre eles o conde de Linhares, elo de ligação com lorde Strangford, plenipotenciário inglês em Lisboa e principal patrocinador da idéia de transferência da Família Real para o Brasil.”

O autor se refere à vinda da Corte portuguesa, que, na realidade, trouxe benefícios principalmente.

a) A Portugal, pois o controle direto do governo da colônia possibilitou uma política econômica que favoreceu as finanças portuguesas.

b) À Inglaterra, que passou a ter, no mercado da colônia, privilégios alfandegários especiais, fato que colocou o Brasil na sua total dependência econômica.

c) Ao Brasil, porque, após o profícuo período da administração de Dom João e sua volta a Portugal, a economia brasileira estava firmemente estabilizada.

d) A todas as nações, pois o decreto de abertura dos portos possibilitou a colocação de seus produtos no mercado brasileiro a taxas mínimas.

e) A todas as nações européias que, beneficiando-se da abertura de novos mercados na América, puderam reorganizar-se para destruir o exército de Napoleão.

16 - (CARLOS CHAGAS-BA) Os Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação (1810), celebrados entre a Inglaterra (lord Strangford) e Portugal (príncipe Dom João), costumam ser vistos com restrições, entre outros motivos, porque.

a) Admitiram a criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses, inferiores às pagas por produtos portugueses.

b) Autorizaram a continuação do trabalho escravo, ao mesmo tempo que ampliaram o tráfico nas colônias portuguesas na África.

c) Permitiram que a Inglaterra estabelecesse postos livres em Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

d) Apoiaram a política de expansão imperialista que o príncipe regente Dom João realizava no Prata.

e) Criavam diversas condições restritivas ao desenvolvimento e à exportação de produtos da agricultura tropical.

17 - (PUC-MG) O Tratado de Comércio e Navegação de 1810, entre Inglaterra e Portugal, contribuiu para.

a) Fortalecer a classe dos comerciantes portugueses.

b) Impedir o desenvolvimento industrial do Brasil.

c) implantar o sistema de companhias privilegiadas.

d) Intensificar as relações comerciais entre Brasil e Portugal.

e) Preservar o regime monárquico no Brasil.

18 - (ABC-SP) A elevação do Brasil e Reino Unido a Portugal e Algarves está intimamente ligada.

a) o liberalismo de Dom João, desejoso de agradar aos Brasileiros.

b) Ao Visconde de Cairu, homem de formação Liberal.

c) Ao conselho do embaixador inglês lord Strangford.

d) À reação contra as pressões da burguesia lusa.

e) À necessidade de legitimar a representação portuguesa no Congresso de Viena.

19 - (UFU) Leia o documento abaixo e procure responder:

“Alvará de 1º de abril de 1808 revogando a proibição que havia de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos.

Eu o Príncipe Regente faço saber aos que o presente alvará virem: Que desejando promover e adiantar a riqueza nacional; e vendo um dos mananciais dela as Manufaturas, e a Indústria, que multiplicam e melhoram e dão mais valor aos Gêneros e produtos da agricultura, das Artes, e aumentam a população, dando que fazer a muitos braços, e fornecendo meios de subsistência muitos dos maus vassallos, que por falta se entregariam aos vícios da ociosidade! E convindo remover todos os obstáculos, que podem inutilizar e frustrar tão vantajosos proveitos! Sou servido abolir, revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil e nos Meus Domínios Ultramarinos; e ordenar que daqui em diante seja lícito a qualquer dos Meus Vassallos, qualquer que seja o país em que habitem, estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno, ou em grande, como entenderem que mais lhes convém, para o que hei por bem derrogar o Alvará de cinco de janeiro de mil setecentos e oitenta e cinco, a quaisquer leis, ou Ordens, que o contrário decidem... dado no Palácio do Rio de Janeiro em primeiro de abril de 1808.”

Dom João VI, com ao Alvará de 10 de abril de 1808, revoga o alvará de Dona Maria I, de 1785, que proibia a instalação de manufaturas no Brasil.

- a) Se a afirmação confirma o texto.
- b) Se a afirmação contradiz o texto.
- c) Se parte da afirmação confirma o texto e parte contradiz.
- d) Se parte da afirmação foge ao texto.
- e) Se parte de afirmação confirma e parte foge.

20 - (UFPE) Assinale a alternativa que define o papel da “abertura dos portos” no processo de descolonização.

- a) A abertura dos portos às nações amigas anulou a política mercantilista desenvolvida por Portugal, junto à sua antiga colônia na América, tornando-a de imediato independente.
- b) As novas condições criadas pela Revolução Industrial na Inglaterra e,

conseqüentemente, o controle que este país exercia sobre o comércio internacional e os transportes marítimos não permitiam a Portugal, seu antigo aliado, exercer o pacto colonial.

c) A política de portos abertos na América era muito importante para as colônias e negativa para as metrópoles.

d) A abertura dos portos possibilitou ao BRASIL negociar livremente com todas as nações, inclusive com a França.

e) Através da abertura dos portos, o BRASIL pôde definir uma política protecionista de comércio à sua nascente indústria naval.

21 - (PUC) A transmigração da família real portuguesa para o Brasil, repercutiu de forma significativa, em relação à participação do Brasil no mercado mundial, porque:

a) organizou-se uma legislação visando à contenção das importações de artigos supérfluos que naquela época começavam a abarrotar o porto do Rio de Janeiro.

b) o Ministério de D. João colocou em execução um projeto de cultivo e exportação do algodão visando a substituir a exportação norte-americana, prejudicada para Guerra de independência.

c) o tráfico de escravos negros para o Brasil foi extinto em troca do direito dos comerciantes portugueses abastecerem, com exclusividade, algumas das colônias inglesas como a Guiana.

d) o corpo diplomático joanino catalisou rebeliões na Província Cisplatina, favorecendo assim, a exportação de couro sulino para a Europa.

e) foi promulgada a Abertura dos Portos e realizados Tratados com a Inglaterra.

22 - (CESGRANRIO) A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, acelerou transformações que favoreceram o processo de independência. Entre essas transformações, podemos citar corretamente a(s):

a) ampliação do território com a incorporação definitiva de Caiena e da Cisplatina.

b) implantação, na colônia, de vários órgãos estatais e de melhoramentos como estradas.

c) redução da carga tributária sobre a colônia, favorecendo-lhe a expansão econômica.

d) Política das Cortes portuguesas de apoio à autonomia colonial

e) Restrições comerciais implantadas por interesse dos comerciantes portugueses.

23 – A Independência do Brasil e a Emancipação das Colônias Espanholas tiveram como traços comuns:

a) As propostas de eliminação do trabalho escravo imposto pelas metrópoles

b) O caráter pacífico, pois não ocorreu a fragmentação política do antigo bloco colonial Ibérico.

c) Os efeitos das invasões napoleônicas, responsável direto pelos rompimentos dos laços coloniais.

d) O objetivo de manter o livre comércio, como forma de promover a Industrialização.

e) A efetiva participação popular, pois as lideranças coloniais defendiam a criação de Estados Democráticos na América.

24 – O processo de Independência do Brasil se caracteriza por:

a) Conduzido pela classe dominante que via na monarquia a chance de não perder seus privilégios

b) Ter uma ideologia democrática reformista, alterando o quadro social imediatamente após a Independência.

c) Cria uma economia autônoma, independente dos mercados internacionais.

d) Participação popular fundamental para o enfrentamento das tropas metropolitanas

e) Promover um governo liberal e descentralizado, com a Constituição de 1824.

25 – A maior razão brasileira para romper com os laços de Portugal era:

a) Evitar a fragmentação do país, abalada pelas revoluções anteriores.

b) Garantir a liberdade de comércio, ameaçada pela política de recolonização das Cortes.

c) Substituir a estrutura colonial por um mercado interno

d) Aproximar o país das Repúblicas platinas, e combater a Santa Aliança.

e) Integrar as camadas populares ao processo político econômico.

26 – A Respeito da Independência do Brasil, pode-se afirmar que:

a) Consubstanciou as propostas da Confederação do Equador

b) Instituiu a Monarquia como forma de governo, a partir de um amplo movimento popular.

c) Propôs a partir de Idéias Liberais das elites políticas, a extinção do tráfico de escravos, contrariando os interesses ingleses.

d) Provocou a partir da constituição de 1824, profundas transformações nas estruturas econômicas e sociais do país.

e) Implicou na adoção da forma monárquica de governo e preservou os interesses básicos dos proprietários de terra e escravos.

27 – I – Aparecimento do Capitalismo Industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial

II – Tradução em dois planos do processo capitalista: abertura das áreas coloniais a troca internacional e eliminação do trabalho escravo

III – Transferência da Família real para o Brasil e abertura dos portos

Os itens acima sintetizam algumas razões que respondem no Brasil, pela:

a) Eliminação de importações

b) Decadência da Mineração

c) Colonização Portuguesa

d) Independência Política

e) Expansão Territorial

28 – A respeito da Independência do Brasil, é válido afirmar que:

a) foi um arranjo político que preservou a monarquia como forma de governo e também os privilégios da classe proprietária.

b) as camadas senhoriais, defensoras do liberalismo político, pretendiam não apenas a emancipação política, mas a alteração das estruturas econômicas.

c) foi um processo revolucionário, pois contou com a intensa participação popular

d) o liberalismo defendido pela aristocracia rural apoiava a emancipação dos escravos

e) resultou do receio de D. Pedro I de perder o poder, aliado ao seu nacionalismo.

29 – O processo de emancipação política brasileiro:

a) tendeu a seguir o exemplo da América Espanhola

b) contou com uma grande participação popular, principalmente de negros e mulatos do nordeste, que viviam maior opressão.

c) marginalizou os elementos populares, e manteve as estruturas sociais e econômicas do período colonial.

d) foi completado com o grito do Ipiranga, em 7 de setembro, com a decisiva participação de D. Pedro

e) somente foi consolidado após um ano de guerra contra Portugal, uma vez que a metrópole não aceitou a ruptura.

30 – O príncipe D. Pedro, na Independência, foi:

a) essencial, pois sem ele não ocorreria a independência.

b) figura de fachada, submisso aos desejos de José Bonifácio.

c) mediador, minimizando os antagonismos entre Brasil e Portugal.

d) manipulado pela aristocracia rural, objetivando realizar a Independência com a manutenção da unidade popular.

e) totalmente independente, tomando para si a liderança do processo, dando a independência um caráter revolucionário.

Questões Abertas:

1 – (FUVEST 1993) “As ruas estão repletas de mercadorias inglesas. A cada porta as palavras SUPERFINO DE LONDRES saltam aos olhos. O algodão estampado, panos largos, louça de barro, podem ser obtidas no Brasil a um preço pouco mais alto do que em nossa terra”. Esta descrição das lojas do Rio de Janeiro, foi feita por Mary Graham, uma inglesa em visita no Brasil em 1821.

a) Como se explica a grande quantidade de produtos ingleses no Brasil desde 1808, e, sobretudo depois de 1810?

b) Quais os privilégios dos produtos ingleses tinham nas alfândegas brasileiras?

2 – Acerca da Família Real no Brasil:

a) Explique o motivo da transferência da Corte para o Brasil.

b) Dê dois exemplos de mudanças político administrativas no Rio de Janeiro com a chegada de D. João.

3 – (UFRJ – 1999) “A massa popular a tudo ficou indiferente, parecendo perguntar como o burro da fábula: não terei a vida toda ter de carregar a albarda?” (Saint Hilaré, August. A SEGUNDA VIAGEM DO RIO DE JANEIRO A MINAS GERAIS. São Paulo. Cia. Das Letras, 1932; p. 171.)

Este francês esteve no Brasil no momento da ruptura política dos laços coloniais. Albarda no dicionário significa uma sela grosseira para bestas de carga. E também opressão,

humilhação. No contexto de descolonização da América, a ausência da participação popular não foi exclusividade do Brasil. No entanto, o processo de Independência do Brasil, teve singularidades significativas.

Indique as algumas das principais singularidades da ruptura tupiniquim para com Portugal.

4 – A Independência e a organização do Estado Brasileiro se processaram num conjunto de interesses e aspirações da aristocracia rural. Quais os interesses dessa classe.

5 – A história do Brasil só pode ser bem entendida se relacionada com acontecimentos que marcaram a história mundial. Comente esta afirmativa, tendo em vista o processo de independência do Brasil.

GABARITO: 1 – C / 2 – D / 3 – D / 4 – E / 5 – C / 6 – B / 7 – E / 8 – B / 9 – A / 10 – A / 11 – C / 12 – A / 13 – A / 14 – C / 15 – B / 16 – A / 17 – B / 18 – E / 19 – A / 20 – B / 21 – E / 22 – B / 23 – C / 24 – A / 25 – B / 26 – E / 27 – D / 28 – A / 29 – C / 30 – D

CAPÍTULO 03

O PRIMEIRO REINADO

1 – O Contexto Europeu

Neste momento do contexto europeu, notamos a presença de uma efervescência cultural e ideológica, que pode ser resumida em três palavras básicas: o liberalismo e a democracia. Para entendermos um pouco deste momento vivido pelo Brasil, devemos entender um pouco o significado destes termos.

A – O Liberalismo:

A independência do Brasil não foi um movimento isolado, já que outras nações na América e na Europa estavam sendo sacudidas por agitações políticas e sociais.

O Iluminismo difundiu-se para América em fins do século XVIII, inspirando tanto a Inconfidência Mineira como a Conjuração Baiana. No entanto, permaneceu restrito a uma minoria de pessoas cultas e instruídas. Com a derrocada de Napoleão na Europa, e as decisões do Congresso de Viena, revoluções eclodiram por toda a Europa e foi neste contexto que surgiu o liberalismo. Embora sejam quase sinônimos, Iluminismo e Liberalismo tem uma diferença básica: o segundo acabou por ganhar as camadas populares, e conseqüentemente, também popularizou o primeiro.

Uma das características importantes dos liberais é a defesa ao individualismo, com o indivíduo estando acima do Estado, e não como um apêndice de um grupo. A defesa da liberdade de expressão e pensamento, não acreditando em qualquer limite imposto por dogmas.

Em relação ao Antigo Regime, propuseram a restrição ao campo de atuação do poder. Defendendo a livre concorrência e a lei de mercado, eram contrários ao intervencionismo estatal, sendo assim oposto ao mercantilismo dos Estados Absolutistas. Defendia ainda a separação do poder absolutista em três esferas de poder: legislativo, executivo e judiciário, autônomos e independentes entre si. Assim, praticamente se anulariam as forças do Estado em favor das liberdades individuais. Esses ideais acabaram por ganhar as classes menos favorecidas que eram sufocadas pelo poder absolutista. Foi ainda instrumento para o alcance do poder por parte da burguesia, classe essa que assim que tomou o poder acabou por adotar medidas mais conservadoras, como por exemplo a iniciativa do voto censitário (por renda). Assim o liberalismo consagra dessa forma a desigualdade entre os homens, se transformando em uma doutrina e uma prática elitista. Essa diferenciação não incomodava aos liberais, pois para eles a igualdade entre os seres era regulamentada pela lei, e assim, a menor ou maior riqueza era diretamente adquirida graças a competência de cada um.

B – A Democracia:

Hoje, liberalismo e democracia são tratados praticamente como equivalentes, mas não era bem assim no século XIX. A diferença para os homens daquele tempo pode ser definido pela seguinte passagem: enquanto a democracia defendia o sufrágio universal o liberalismo preconizava o voto censitário. Essa discórdia se acentuou nos anos de 1850-1860. Os democratas defendiam que não existiria sociedade liberal sem a igualdade entre os cidadãos, então era necessário atacar as desigualdades, entre elas o voto censitário. Com a idéia da igualdade jurídica se espalhar para igualdade social, os democratas estavam dispostos a ir mais longe do que os liberais esperavam ir.

2 – O Liberalismo no Brasil do Século XIX

A luta pela Independência no Brasil, obscureceu as diferenças entre liberalismo e democracia, favorecendo a formação de uma frente única contra Portugal.

Com a concretização da Independência as interrogações giravam em torno de três eixos: os que defendiam um poder central forte; os que defendiam a descentralização federalista e os que pregavam pela igualdade social, ou democráticos. Os dois primeiros eram compostos de conservadores da elite, a aristocracia escravista.

3 – A Organização da Monarquia

A – O Ministério de José Bonifácio

Desde que assumiu o ministério em 1822, Bonifácio se caracterizou por se opor aos radicais, principalmente após a independência. Aos democratas, comparou a anarquia e assim empenhou-se em se opor a esse grupo. Por último era contra a escravidão. Essa marca ambígua de Bonifácio era marcante, pois ao mesmo tempo que tinha posições avançadas acerca da escravidão, era conservador em outros pontos, como o repúdio a democracia.

Com isso acima, nada mais natural do que o desentendimento de Bonifácio com os radicais e com a aristocracia agrária do sudeste, da qual era representante do poder. Seu projeto de organização da monarquia também era contraditório, graças a sua formação anti-absolutista, entrando em confronto com o Imperador. O ministro pretendia governar afastado das pressões políticas dos partidos e do próprio ideal absolutista do imperador. Naturalmente esse objetivo era impossível, daí seu isolamento político e conseqüente afastamento do cargo.

B – A Assembléia Constituinte

Afastando os radicais da constituinte, Bonifácio tentou fortalecer o Executivo em detrimento do Legislativo. Na Assembléia ficou decidido que as sanções da mesma independeriam da aprovação do imperador, mesmo com este mostrando certa resistência.

Neste momento, o Imperador afastado do Partido Moderado dos Andrada, passou a se vincular ao Português, defensor do ideal Absolutista. D. Pedro os afastou os moderados definitivamente do poder e nomeou para o Ministério nomes de sua confiança. A queda dos antigos ministros assinalou uma profunda mudança na vida política do país, pois possibilitou a ascensão do Partido Português até a Abdicação.

A Assembléia Constituinte foi marcado com o intuito de manter a unidade territorial do Brasil, uma vez que as cortes portuguesas declararam os governos provinciais independentes do Rio de Janeiro, e conseguido isso, o retorno ao Pacto Colonial seria apenas um detalhe.

Quando a Assembléia foi convocada, os moderados trataram de esvaziar o seu sentido popular, proibindo os membros que sobreviviam de salários elegerem seus representantes, para eleição de representantes da Aristocracia Rural.

Com a apresentação de um “anti-projeto” foi feita uma comissão de deputados para a análise. O projeto contemplava os princípios de soberania nacional e liberalismo econômico, o anti-colonialismo e a xenofobia (ódio aos estrangeiros). A lusofobia (ódio aos lusos) era explicado pela possibilidade de perder a Cisplatina, a Bahia e o Pará para os mesmos, uma vez que o Partido Português continuava presente. O projeto era ainda anti-absolutista, limitando o poder de D. Pedro valorizando a representatividade nacional na Câmara, que seria indissolúvel, e que teria o controle das Forças Armadas. Por último, para excluir os populares, garantiu a possibilidades de participação político por meio de uma renda mínima, renda esta baseada numa mercadoria corrente: a Farinha de Mandioca. Daí o nome de Constituição da Mandioca, que excluía tanto os lusos quanto os populares, os primeiros porque eram comerciantes sem acesso a terras e conseqüentemente a plantações e os segundos por não terem renda necessária. Assim, a Aristocracia resguardava para si a representatividade nacional.

C – A Dissolução da Constituinte

Com essas características, o anti-projeto foi alvo de críticas. A insistência em cercar o poder de D. Pedro fez com que o mesmo se voltasse contra a proposta. No entanto, o que vai definir a situação é um acontecimento inusitado.



(D. Pedro I)

O Jornal A Sentinela publicou uma carta ofensiva contra os militares portugueses, assinada por um “brasileiro resoluto” segundo sua própria denominação. Os militares espancaram um acusado da autoria, acusado este que dias depois seria considerado inocente. O incidente causou comoção da Assembléia, que exigia uma explicação do imperador. A ruptura entre o órgão e o imperador era inevitável quando a Assembléia em um ato de rebeldia se declarou em sessão permanente. D. Pedro respondeu mandando o exército invadir o órgão ordenando a prisão dos deputados. Estava dissolvida a Assembléia e o poder que a Aristocracia detinha até então chegava ao fim, perdendo seu posto para o Absolutismo apoiado pelo Partido Português.

D – A Carta Outorgada de 1824

A dissolução provocou grandes descontentamentos. Para minimizar foi convocado um Conselho de Estado, composto por dez membros para que estes redigissem um texto constitucional. Depois de 40 dias, no dia 25 de Março de 1824 estava outorgada a Carta. A mesma estava apoiada em grandes partes no anti-projeto, com uma alteração que seria imprescindível: a instituição do poder Moderador, além dos três outros poderes já consagrados. A constituição assim como o anti-projeto afastava as camadas populares da política, ao condicionar política a renda, no entanto, desta vez a dinheiro e não a produto.

O Poder Legislativo seria composto por um Senado vitalício e por uma Câmara dos Deputados com mandatos de três anos. O senadores eram escolhidos pelo Imperador, a partir de uma lista tríplice apresentada pelas províncias. Sua função seria, propor, redigir e aprovar leis. O Poder Judiciário seria exercido por um Supremo tribunal, com os magistrados também escolhidos pelo Imperador. O executivo, seria exercido por um Ministério, também escolhido por D. Pedro, onde ele seria o presidente.



(A Carta Outorgada)

Já o Poder Moderador pertencia exclusivamente a D. Pedro, e deveria ser a princípio um Poder neutro, cuja função seria garantir a harmonia dos três outros poderes. No entanto, uma vez instituído no Brasil, este passou a ser o centro de poder, tornando-se instrumento da vontade do Imperador. A este poder, cabia aprovar ou não as decisões do legislativo, nomear senadores e dissolver a Câmara. Ao Executivo, restava o poder de escolher os membros do Conselho de Estado, além de nomear e demitir presidentes e funcionários das províncias, que estavam submetidas ao Moderador, impedindo assim tendências autonomistas.

A Carta ainda estabeleceu a religião Católica como oficial do Estado. A relação entre Estado e Igreja era regulada pelo regime do Padroado, segundo o qual os clérigos eram pagos pelo Estado. Por isso, ao Imperador competia nomear sacerdotes aos vários cargos eclesiásticos e dar consentimento as bulas papais.

E – A Confederação do Equador

A concentração de poderes nas mãos do Imperador gerou grandes descontentamentos, principalmente no nordeste, onde a nomeação dos presidentes provinciais entrou em choque com os interesses autonomistas dos proprietários rurais. A Unidade econômica nacional era precária, pois mesmo com a independência o Brasil manteve o seu modelo dependente ao mercado externo, não havendo grandes possibilidades de intercâmbio entre as províncias. No plano político, a única alteração que sofreram foi com relação a localização das ordens que ali chegavam: ao invés de emergir de Portugal, elas agora emergiam do Rio de Janeiro.

No nordeste o descontentamento com o Absolutismo foi notório em diversas partes: em Pernambuco o descontentamento foi contra a nomeação do presidente, na Paraíba, assustados com a dissolução da Constituinte desconfiavam de tudo que vinha do Rio de Janeiro, além de focos de descontentamento em outros estados.

Em Pernambuco as reações ao absolutismo do Imperador foram mais notórias

dada a característica Revolucionária do Estado desde 1817. As expectativas liberais da experiência de 1817 difundiram-se através da imprensa escrita pernambucana, principalmente nos jornais de Cipriano Barata e Frei Caneca, que podemos dizer são responsáveis por preparar espiritualmente a Confederação do Equador. O primeiro estudou em Coimbra, de onde trouxe os estudos liberais, se associou as diversas revoluções no nordeste, estando ligado aos populares. Após ser preso várias vezes, estabeleceu – se em Recife e com seu jornal influenciou na corrente liberal de Pernambuco, tendo em Frei Caneca seu principal discípulo.

Em Pernambuco a dissolução da Assembléia encheu de descontentamento os liberais, gerando a queda do governo, até então sintonizado com o Imperador, sendo substituído por uma Junta Governativa, que tinha como chefe Manuel Garcia Pais de Andrade, líder do movimento de 1817.

Este governo liberal, hostil as tendências absolutistas do Imperador, não foi apoiada pelo Imperador, pois para outorgar a constituição a mesma teria que ser aprovada pelas Câmaras Municipais, assim era necessário haver governos locais favoráveis ao seu governo. As possibilidades de nomeação de um novo presidente fez com que se apressasse a confirmação do chefe pelos locais como presidente da província.

Com toda precaução, D. Pedro nomeou em 1823 um presidente para província do grupo que havia sido retirado do poder pouco antes pelos provinciais. Mesmo diante de pedidos para que o Imperador respeitasse a decisão popular, D. Pedro enviou tropas do Rio de Janeiro para garantir a posse do novo presidente. Mesmo assim a resistência era enorme, como nessa frase que foi corrente em Pernambuco:

“Morrámos todos, arrase-se Pernambuco, arda a guerra, mas conservemos nosso presidente a todo transe! Conservemos a dignidade da soberania dos povos”

Diante deste quadro de desavenças entre locais e Imperador, em julho de 1824, temos a proclamação da Confederação do Equador, por Manuel de Carvalho.

Na Confederação, os revoltosos tentaram não cometer os mesmos erros cometidos na Revolução de 1817, como o isolamento. No manifesto lia-se:

“Segui ó brasileiros o exemplo dos bravos habitantes da zona tórrida (...) imitais os valentes de seis províncias que vão estabelecer seu governo sobre o melhor dos sistemas – o representativo”



(Bandeira da Confederação)

Pretendia a adesão das demais províncias e o apelo foi encampado por Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que com Pernambuco formaram a Confederação do Equador. Adotou-se a Constituição colombiana, e assim tentou se formar um Estado desvinculado do restante do Império, baseado na representatividade, republicanismos, federalismo, para que os Estados associados tivessem autonomia.

A repressão ao movimento foi toda organizada no Rio de Janeiro e diante disso as tropas e armas dos diferentes estados foram todas enviadas a Pernambuco. Enquanto tentava-se criar uma resistência uniforme da Bahia ao Ceará, o imperador reprimiu separadamente cada província para assim impedir sua união. A carência de recursos e matérias, fez o imperador contrair empréstimos e contratar mercenários, especialmente da Inglaterra, para finalizar a repressão. Em 2 de Agosto, partiram as tropas, por terra e por mar, para em 17 de Setembro concluírem a conquista de Olinda e Recife, principais centros de resistência.

As condenações foram muito severas, e destaca-se a de Frei Caneca, que teve que ser fuzilado, uma vez que sua condenação a forca não pode ser cumprida, pois os carrascos se recusaram a enforcar o líder. Finalizou-se a Confederação, mais não eliminou a insatisfação com o absolutismo no Brasil.

F – Oposição: As dificuldades e Contradições do Primeiro Reinado

Na constituição de 1824 estava assegurada a convocação da Câmara dos Deputados em 1826. Com isso, temas discutidos antes da dissolução da Assembléia retornaram a cena, e uma oposição moderada tomou forma, sendo o jornal a Aurora Fluminense, o principal porta voz da oposição. Defendia uma monarquia constitucional, atacava a autocracia imperial, a má distribuição de cargos públicos, defendendo a conquista destes por mérito pessoal. Defendiam ainda o liberalismo econômico, associando a liberdade a propriedade.

Outro fato a ser destacado no Primeiro Reinado é que embora a emancipação política tenha sido formalizada, a economia nacional continuava dependente, escravista e agro – exportadora. No entanto, para regularizar o

comércio com o exterior o Brasil necessitava ser reconhecido como Independente pelos países europeus. Para conseguir esse reconhecimento o Brasil foi obrigado a assinar tratados desfavoráveis em troca de seus interesses nas relações comerciais.

O primeiro país a reconhecer a emancipação foi os EUA em junho de 1824. Duas razões explicam essa atitude: a Doutrina Monroe (1823) que defendia anti-colonialismo, e principalmente os fortes interesses econômicos emergentes nos EUA, que visava reservar para si a América. Os países hispano-americanos demoraram a reconhecer a Independência, pois com um governo republicano, estes países desconfiavam do viés monárquico adotado no Brasil.

A Inglaterra com seus inúmeros negócios dentro do território nacional tinha enorme interesse em reconhecer a Independência, mais só poderia fazer isto depois de Portugal. Por esse motivo a ação inglesa se deu no sentido de ajudar diplomaticamente no reconhecimento da Independência por parte dos lusos. Assim em Agosto de 1825, mediante pagamento de 2 milhões de libras esterlinas, que o Brasil conseguiu através de um empréstimo com os mesmos ingleses, foi reconhecido por Portugal a Independência do Brasil. Do ponto de vista internacional a emancipação do Brasil nada mais significou do que a substituição da exploração de antes feita por Portugal, que agora seria executada pelos outros países europeus, principalmente a Inglaterra.

Com o modelo econômico mantido, o país dependia da exportação para manter suas receitas. No entanto a primeira metade do século XIX foi crítica para nossa economia, com o nosso açúcar sofrendo concorrência de Cuba, Jamaica e do açúcar de beterraba dos produtos europeus. O algodão e o arroz estavam tendo concorrência dos EUA. Assim, o café se consistia na esperança, pois seu mercado estava em crescimento e o Brasil não encontrava concorrente.

Havia em paralelo a crise econômica, a crise financeira, onde a debilidade do Estado era mais notória. Disponha de poucos recursos pela baixa tarifa alfandegária, que mesmo assim era a principal fonte de receitas. Assim, o Brasil era forçado a buscar empréstimos, sob altos juros. O déficit do Estado se tornou crônico.

Os problemas foram ainda piorados com a eclosão do problema da Cisplatina, quando um líder militar Uruguaio desembarcou na região com sua tropa e com o apoio da população declarou a anexação da Cisplatina as Repúblicas das Províncias Unidas do Rio da Prata. Em resposta o Brasil declarou guerra aos argentinos, conflito que durou dois anos, tendo como fim o acordo entre as duas

nações, que estabeleceu a independência da Cisplatina, chamada agora de república Oriental do Uruguai.

O derramamento inútil de sangue e os sacrifícios para essa guerra ativaram a oposição. Para sanar a crise financeira, D. Pedro emitiu de maneira desenfreada papel moeda, sacrificando as camadas populares, pois a consequência foi o aumento geral dos preços. A crise atingiu o auge com a falência do Banco do Brasil em 1829.

G – A Abdicação de D. Pedro

Em Portugal, D. João VI havia morrido em 1826, e assim o temor da recolonização retornou, mesmo com D. Pedro tendo renunciado o trono em favor de sua filha. No mesmo momento do fim da Guerra Cisplatina, D. Miguel, irmão de D. Pedro, assumiu o trono com um golpe. A possibilidade de D. Pedro enviar tropas brasileiras para retirar o irmão do trono, trouxe novas inquietações a cerca da possibilidade de união dos dois reinos.

A impopularidade do imperador ia crescendo gradativamente, aumentando a oposição. Em 1830, os absolutismos internacionais vinham sendo derrotados.

Os jornais foram importantes no aumento das paixões políticas. O assassinato de Libero Badaró, que dirigia um jornal de oposição, precipitou os acontecimentos, uma vez que foi cometido por partidários do Imperador. O maior foco de oposição estava em Minas. Sem as forças militares, pois os soldados estavam passando para oposição, D. Pedro resolveu visitar a província a fim de pacificá-la. No entanto, foi recebido por mineiros que preferiram homenagear a memória de Badaró.

No Rio, D. Pedro encontrou um conflito entre partidários seus e liberais, na famosa Noite das Garrafadas. Para conter os radicais o Imperador tentou reformar o ministério Brasileiro, criado para os Brasileiros, mais que até então, não tinha sido ocupado pelos mesmos. Foi organizado um ministério, agora claramente com propósitos absolutistas, com membros que apoiavam o império de forma clara.



D. Pedro entregando o ato de renúncia.

Ocorre então mais uma manifestação no Rio, exigindo a reintegração do Ministério. No entanto, D. Pedro se manteve irredutível. Essa atitude culminou com a passagem do chefe militar para os quadros de oposição. Assim, o imperador estava completamente sem apoio, isolado, sem contar nem sequer com as tropas, para reprimir as manifestações. A única alternativa que agora restava era a Abdicação, e foi o que fez, em favor de seu filho: Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade. Em 7 de Abril, D. Pedro deixou o trono, abandonou o país, se reconciliando com os Andradas ao deixar José Bonifácio como tutor de D. Pedro II.

Exercícios Abertos

1 – A Constituição de 1824 consagrou de certo modo o absolutismo de D. Pedro I. Justifique essa afirmação.

2 – Caracterize os principais agrupamentos políticos do I Reinado – Conservadores, Liberais e Liberais Radicais.

3 – A Carta Constitucional que vigorou no Brasil na época do Império outorgada, em 1824, por D. Pedro I:

a) O que é uma Carta Constitucional outorgada?

b) Quais os poderes estabelecidos pela Carta Constitucional de 1824?

A REGÊNCIA (1831 – 1840)

1 - Do Avanço Liberal ao Regresso Conservador

Neste período temos os seguintes governos regenciais:

1 – Regência Trina Provisória (Abril a Julho de 1831)

2 – Regência Trina Permanente (1831-1834): Composta por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, no entanto o nome de maior destaque foi padre Feijó, ministro da Justiça, que após 1834, foi eleito, conforme a alteração da Constituição, para Regente Uno.

3 – Regência Feijó (1835-1837): Renunciou antes de cumprir o mandato.

4 – Regência Araújo Lima (1837-1840): Finalizada com o golpe da Maioridade.

Uma vez finalizado o Primeiro Reinado, sinalizando com a derrota da autocracia, foram tomadas várias medidas liberais, caracterizando esse momento, como “Avanço Liberal”. No entanto, em 1833, eclodiu a Cabanagem, uma rebelião no Pará, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a revolta dos Malês e Sabinada, ambas na Bahia. Essas revoltas e o clima de agitação que delas derivaram, fortaleceram o ideal conservador e centralista, passando do “Avanço Liberal” para o “Regresso Conservador”.

Neste momento temos o reagrupamento dos grupos políticos: os moderados antigos participantes do “partido brasileiro” defendiam o “federalismo” e o fim da “vitaliciedade do senado”. Os restauradores que são os antigos participantes do “partido português”, reforçados de alguns membros do “partido brasileiro” partidários do retorno de D. Pedro II. Por último, temos os exaltados denominados liberais radicais, que defendiam essencialmente a democratização da sociedade.

A – O Avanço Liberal

A queda de D. Pedro não trouxe de imediato a pacificação da sociedade. Em abril, eclodiram mais conflitos entre brasileiros e portugueses. Essas instabilidades, geraram uma certa paralisação comercial, pois os comerciantes lusos se retiraram do Rio de Janeiro e os brasileiros suspenderam seus negócios, gerando desemprego e aumentando ainda mais a instabilidade social.

Os moderados, beneficiários com a queda do imperador, haviam perdido o controle e estabeleceram alianças com os exaltados e conservadores para formação de um quadro dirigente: “Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência”, quadro este que seria comandado pelo grupo mais forte, o moderado. Como atrativo, ofereceu aos exaltados a reforma

constitucional, com a sociedade escolhendo presidentes provinciais e reformando o exército excluindo os radicais dos bons cargos.

Em 1831 houve a sublevação de 26º Batalhão do Rio de Janeiro, exigindo diversas medidas, dentre elas a renúncia do Ministro da Justiça: Padre Feijó. No entanto, bastou a recusa no atendimento para as tropas se recolherem ao batalhão novamente. Mesmo sem ter gerado maiores problemas, este movimento deixou claro que o governo regencial não poderia confiar nas tropas regulares. A partir desta constatação foi criada a Guarda Nacional.

A Guarda era subordinada ao Ministro da Justiça e acabava com as milícias. A Guarda era uma força paramilitar, onde os oficiais eram eleitos por votação secreta. Assim os moderados se equipavam com uma força eficiente e fiel. Com a Guarda, os moderados controlaram a situação, se dando o luxo de afastarem os radicais do poder.

Os agrupamentos políticos mais uma vez começaram a se cristalizar no momento de discussão da reforma constitucional. Esta reforma definiu uma monarquia federativa, senado eleito e temporário e criação de Assembleias Legislativas Provinciais. O projeto foi enviado ao Senado, em reação organizou-se a defesa a Constituição Outorgada por D. Pedro I. Eram os restauradores, agora em franca oposição aos exaltados e aos moderados.

Mesmo com um restaurador na tutela, José Bonifácio, os moderados empreenderam reformas dentro do governo, reformas essas que são a base do período chamado de Avanço Liberal. As reformas se caracterizam por:

1 – Aprovada a Lei que garantia os deputados eleitos em 1833 poderes constituintes para reformar a Carta outorgada por D. Pedro.

2 – Aprovado o Código de Processo Criminal dando autonomia judiciária aos municípios, com juízes de Paz eleitos localmente, com o poder de polícia. Nota-se que esses estes eram controlados pelos proprietários locais detentores do poderes de fato.

3 – Os deputados eleitos providenciaram as seguintes Reformas Constitucionais: Assembleias Legislativas Provinciais podendo legislar sobre matérias civis e militares e instruções políticas e econômicas dos municípios. A Regência Trina foi transformada em Uma, com eleições diretas.

Estas medidas receberam o nome de Ato Adicional. O mesmo preservou a vitaliciedade do Senado, como concessão aos restauradores, além da autonomia provincial como ganho aos exaltados.

Em 1833 foi dado o golpe final para saída dos Andrada da cena política. Foi afixada na fachada da Sociedade Militar um retrato de D. Pedro I, e o medo do retorno do Imperador fez estourar uma revolta popular com o

apedrejamento das sedes dos restauradores. Estava conseguido o pretexto para destituir José Bonifácio da tutoria, conseguido com a aprovação da Câmara em Dezembro de 1833. Com a morte de D. Pedro em 1834, os restauradores perderam o motivo de existir.

Assim o que polarizou a política foi a defesa ou não do Ato Adicional: os que os defendiam foram chamados de progressistas e os contrários regressistas. Os últimos se aproximavam dos antigos restauradores, defendendo o centralismo, enquanto os primeiros defendiam a descentralização. Alguns moderados, com medo da agitação popular começaram a defender a centralização, pois com o fim dos restauradores e a morte do antigo imperador o risco do absolutismo estava suspenso. No entanto, o perigo de uma rebelião popular inquietava a elite.

Nas eleições para Regência concorreram Padre Feijó e Antonio Francisco de Paula Holanda, um rico senhor de engenho pernambucano. Os progressistas apoiaram Feijó e os regressistas o seu adversário. Os progressistas saíram vitoriosos na regência, mais um ano após perderam para os regressistas nas eleições legislativas.

Feijó assumiu em 1835 e governou até 37, num momento de eclosão de diversas rebeliões espalhadas Brasil afora. Em 1836 dizia o regente:

“Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso; o governo consome o tempo em vãs recomendações. Seja ele responsabilizado por abusos e omissões, dai-lhe porém, leis adaptadas as necessidades públicas, dai-lhe forças para que possa fazer efetiva a vontade nacional. O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império. Aplicai a tempo o remédio.”

A Câmara dos Deputados, colocou-se em oposição a Feijó, dando origem a um agrupamento regressista, que foi ignorada pelo regente. Este ato foi um erro, pois o mesmo não percebeu que esse agrupamento representava os verdadeiros interesses da elite dirigente. O regente foi se isolando politicamente e diante da oposição e da falta de pulso para coibir as rebeliões, Feijó se demitiu em 1837, sendo a Regência assumida interinamente por Araújo Lima.

B – O Regresso Conservador na Regência Araújo Lima.

O novo gabinete de Araújo Lima era composto pela maioria, ou seja, de regressistas, daí o nome de regresso conservador para este período da história. Para esta elite o liberalismo resumia-se a luta contra o despotismo de D. Pedro I. Uma vez vencido este obstáculo era necessário parar o “carro revolucionário”

evitando a todo custo a democracia, que então era identificada como anarquia. Nas eleições de 1836, as graves agitações nos variados pontos do Brasil, contribuíram para eleição de uma maioria regressista para Câmara dos Deputados. Essa tendência, anti-democrática começava a se firmar no país.

A harmonia entre o Legislativo e Executivo, ambos regressistas, favoreceu a coesão da aristocracia, que pôde então, enfrentar com firmeza as várias rebeliões que incendiavam o país, e assim preparar terreno para a chegada ao poder de D. Pedro II.

2 – As Rebeliões Regenciais

A – A Cabanagem

O Pará sempre fora dominado por uma camada de ricos comerciantes portugueses, aliados de altos funcionários civis e militares. Este grupo resistiu o quanto pode a declaração de Independência, só sendo sanado o problema um ano após o Grito do Ipiranga, com o envio de tropas cariocas. No entanto, a proclamação alterou muito pouco a vida da população mais pobre. Sentindo-se traído o povo se rebelou e passou a exigir a participação de seus líderes no governo provisório.

Após alguns poucos anos de paz, as agitações retornaram a cena no momento da abdicação, pois as autoridades locais nomeadas pela regência, foram contestadas, este fato somado a falta de pulso por parte da regência provocou um clima de continua instabilidade. Para contornar as agitações a regência enviou um novo governo, e o mesmo se inclinou em estabelecer uma política repressora, que com o tempo se mostrou ineficaz, e estimulou o aparecimento de novas rebeliões, como a Cabanagem.

Contra o novo presidente da província, estava sendo organizado um levante armado. O movimento que se irradiou de Belém para a zona rural eclodiu em 1834, onde os cabanos dominaram facilmente a capital e executaram o presidente da Província. Foi eleito como novo presidente um dos líderes do movimento, Malcher, que quando assumiu o poder, se declarou fiel ao Imperador e tratou de reprimir o movimento que o colocara no poder.

Enquanto o novo presidente se incompatibilizava com os Cabanos, crescia a popularidade de um novo líder: Pedro Vinagre. Quando Malcher tentou proceder um golpe contra Pedro, foi preso, executado e o novo líder passou a responder pelo poder. Surpreendentemente o mesmo seguiu a linha do seu antecessor declarando fidelidade ao Imperador, e prometendo entregar o poder a nova indicação do governo.

Temendo pelas constantes agitações da região o governo enviou um forte

aparato militar. O novo governo se resumiu a conquistar a capital, enquanto os cabanos se retiraram para o interior, onde se reagruparam, e conseguiram mais uma vez conquistar a capital e proclamar a República.

Meses após a retomada a Coroa enviou mais uma vez uma forte esquadra, chefiada pelo brigadeiro José Francisco de Souza, que seria nomeado presidente da mesma. No momento da chegada a capital, os cabanos já sem mais forças se retiraram para o interior sofrendo violenta repressão. Como legado a cabanagem deixou o marco de ser o primeiro movimento popular a ter chegado ao poder.

B – Revolução Farroupilha

O nome desta rebelião se deve a roupa peculiar dos revoltosos, que buscaram a separação do restante do território nacional, liderados pelos criadores de gado da divisa com o Uruguai.

A região platina, inicialmente ignorada na colonização, começou a ser pólo de atração devido ao porto de Buenos Aires, com a ação de contrabandistas brasileiros, ingleses, holandeses. Porém, a rivalidade luso-espanhola tornou-se sangrenta depois de que a Coroa portuguesa fundou em 1860 a Colônia de Sacramento (atual Uruguai).

A produção de gado começou a ser inserida na região por jesuítas espanhóis, que com o passar dos anos se proliferou, tornando-se o principal atrativo da região.

A presença luso-brasileira na região foi intensificada com a descoberta do ouro em Minas Gerais em fins do século XVII e início do XVIII, pois a região mais ao sul foi importante no abastecimento das minas. Para estimular a ocupação da região, a Coroa passou a praticar a doação de sesmarias, para a criação de novas estâncias produtoras de gado.

No século XVIII a base econômica da região se solidificou com a indústria do charque (carne seca). Assim, se antes a principal atividade se restringia a pele do gado, a partir de agora a carne também passou a ser economicamente vital, sendo exportada para portos brasileiros, destinada principalmente para alimentação de escravos. Assim, quer estancieros, que charqueadores, a economia rio-grandense ficou voltada ao mercado externo.

Contudo as charqueadas argentinas e uruguaias se desenvolviam contando com o apoio governamental, fazendo concorrência aos produtos gaúchos.

Após a Independência do Brasil, os gaúchos se tornaram importantes na criação de alimentos para os escravos, além de serem vitais militarmente na fronteira, pois garantiam a posse da região. No entanto, os mesmos estavam decepcionados com o poder central, na nomeação de presidentes provinciais e também

devido a pesada carga de impostos cobrados. Assim, ao passo que os argentinos cobravam baixas tarifas para importação do sal (matéria básica para os charqueadores) o governo brasileiro fazia com seus impostos subir o preço do produto, fazendo com que o charque platino fosse mais competitivo do que o gaúcho.

Os charqueadores do Rio Grande do Sul criticavam obviamente a falta de proteção aos seus produtos e o elevado custo dos produtos necessários a sua produção, fazendo com que o seu produto perdesse em competitividade para os platinos no mercado externo. Em 1838, Bento Gonçalves, um líder dos estancieros expôs um manifesto com todo ressentimento:

“A carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pagarem nas alfândegas do país, o duplo dízimo que se propuseram aliviar-nos, exigiam mais quinze por cento em qualquer dos portos do império. Imprudentes legisladores nos puseram desde este momento na linha dos povos estrangeiros, e separaram nossa província da comunidade brasileira.”.

A peculiaridade econômica do Rio Grande a deixou propensa a defesa do federalismo e da república, base das lutas da América Espanhola, com a qual os estancieros conviviam estritamente. Em 1834, nas eleições da Assembléia Legislativa Provincial, a maioria dos deputados eleitos eram os produtores da região, os Farrapos. Com o poder político nas mãos, estavam dispostos a derrubar os altos tributos, mesmo que para isso necessitasse desagradar a coroa. A oposição entre Assembléia e Executivo, conduziu ao confronto militar em 1835. Os rebeldes liderados por Bento Gonçalves dominaram Porto Alegre e no ano seguinte proclamaram a República RioGrandense ou de Piratini. No ano de 1837 uniu-se aos rebeldes o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, um dos principais líderes da unificação italiana. O mesmo ajudou na anexação de Santa Catarina ao movimento, com a criação da república Catarinense. Neste momento a Farroupilha atingia seu ápice, para após perder impulso por dois motivos: sua estreita base social, pois a maioria da população não aderiu a ela, e pela característica agro-exportadora da região que não permitia economicamente um desligamento do resto do Brasil.



(Cavalaria dos Farrapos)

Em 1840 com a maioria de D. Pedro II, foi oferecida anistia aos revoltos, mais os farrapos continuaram na luta. Somente em 1842 com a designação de Caxias (futuro duque) os farrapos foram dominados. Caxias cortou as vias de comunicação com o Uruguai, e negociou com os revolucionários para abrandar o animo revolucionário. Em março de 1845 através de um acordo entre governo e liderança farroupilha chegava ao fim o movimento, com várias concessões: anistia geral aos revoltosos, incorporação dos soldados ao exército imperial em igual posto, e devolução de terras que haviam sido confiscadas pelo governo.

C- Rebelião Escrava da Bahia, ou Levante do Male (1835)

Male se refere a forma de como os escravos adeptos a religião mulçumana eram conhecidos, uma vez que estes juntamente com os nagôs foram as etnias mais destacadas no movimento. O movimento poderia trazer consequências graves para os escravistas baianos caso não fosse antecipado, por delação de ex-escravos.

Os principais objetivos eram: libertar Salvador e levar a rebelião para o Recôncavo, tentando se aproveitar da insatisfação de setores livres e pobres. Embora fracassasse o levante despertou a preocupação dos setores dominantes do país.

Com a Corte no Brasil e a nova ordem, temos uma série de agitações políticas, fazendo emergir grupos radicais, lideranças de movimentos populares, das quais participaram muitas vezes, negros e mulatos libertos, a maioria é claro, sem caráter escravista, fato comum ao levante baiano, pela forte característica escravista da Bahia.

O movimento dos Malês seria realizado em Salvador, por africanos (nagôs em sua maioria), isto é, escravos trazidos do continente, no dia de uma festa religiosa, pois com o acontecimento a vigilância sobre a cidade seria relaxada. No entanto, um dia antes da data marcada para o início do movimento, um dos escravos delatou os planos para seu senhor, que então comunicou o ocorrido para um juiz de paz.

A partir de então a coroa tomou as atitudes necessárias para coibir a rebelião, com a polícia invadindo casa de africanos, até chegarem ao local onde um número razoável de escravos estavam reunidos preparando os últimos apertos para o levante. Neste momento os mesmos conseguiram fugir, encontrando o apoio necessário nas ruas de Salvador. No entanto as forças oficiais se organizaram rapidamente e conseguiram expulsar os revoltosos da cidade. Após a expulsão os mesmos foram cercados pelo quartel da Cavalaria.

Apesar do movimento ter durado horas, foi o suficiente para inquietar as camadas senhoriais, mais não apenas destes pois era muito comum homens livres e ex-escravos, terem escravos visando um maior status social. Assim, o receio se espalhou por toda sociedade, ainda mais com o "Renascimento Agrícola" por qual passou Salvador, dinamizando novamente sua economia.

Esse movimento, foi essencialmente anti-escravista liderado por escravos, africanos. O objetivo era tornar Salvador um território de africanos.

D - A Sabinada (1837 – 1838)

A oportunidade perdida de democratizar a prática política, de um lado, e a insistência em manter inalterado o instituto da escravidão, de outro, praticamente fizeram aflorar todo o anacronismo do Estado brasileiro, provocando várias reações. Os sabinos da Bahia, mesmo manifestando fidelidade monárquica, proclamaram uma república provisória. Marcavam seu desejo de separação do governo central respeitando o rei-menino, como demonstra seu programa, publicado em 1837:

"A Bahia fica desde já separada, e independente da Corte do Rio de Janeiro, e do Governo Central, a quem desde já desconhece, e protesta não obedecer nem a outra qualquer Autoridade ou ordens dali emanadas, enquanto durar a menoridade do sr. dom Pedro II."

Apesar da aparente participação popular na Sabinada, prevalecia entre os revoltosos a classe média.

Há pontos em comum entre os sabinos e os farrapos. Identificavam-se principalmente com o anticentralismo imperial: os sabinos, mais retoricamente ideológicos, e os farrapos, mais pragmáticos. É sintomático que um dos motivos imediatos da eclosão do movimento baiano seja a fuga de Bento Gonçalves da cadeia, facilitada por seus companheiros de idéias em Salvador. É que o líder baiano, o médico Francisco Sabino, que deu o nome à insurreição, cumprira pena no Rio Grande do Sul por assassinar um político conservador em 1834. No Rio Grande, Sabino

conviveu com as idéias farroupilhas e ficou amigo de Bento Gonçalves.

Só em 1836 é que Sabino voltara à Bahia. Se as idéias se assemelham, a prática é outra. Os baianos são letrados e propagam seu ideário pelos jornais. Tentam convencer o povo da justiça de sua causa.

A Sabináda obtém a vitória em 7 de novembro de 1837, com a adesão de parte das tropas do governo. As autoridades imperiais fogem de Salvador e é proclamada a república. Os sabinos não conseguem, porém, convencer o interior da Bahia, especialmente o Recôncavo, a aderir ao movimento, cujo os grandes senhores ajudam o governo imperial a sufocar a insurreição. O Império contra-ataca e vence, em 15 de março de 1838. O comandante no entando excede-se na repressão, incendiando Salvador e jogando nas casas em fogo os defensores da república baiana.

Se gente do povo é queimada, só três dos líderes são condenados à morte. Mas ninguém é executado: o próprio Sabino tem a pena comutada para degredo intemo e morre pacificamente em Mato Grosso.

Talvez a "vingança" se explique pela perda de controle dos líderes sobre os setores mais "franceses" da insurreição. No decorrer da luta surgiram correntes agredindo a aristocracia, divulgando na imprensa suas perigosas idéias.

Porém essa confusão ideológica não significa ascensão do povo. É uma reação contra o apoio que a aristocracia baiana dá ao Império, fornecendo gente para sufocar a rebelião. Nem por isso deixou de assustar as classes dominantes.

Anjos e o negro Cosme, chefe de um quilombo e que organizou quase três mil negros.

Os rebeldes chegaram a conquistar Caxias, a segunda cidade mais importante do Maranhão. Porém, a desorganização, a falta de união e divergências dos líderes e o desordenamento dos grupos, onde cada chefe agia isoladamente, facilitaram a vitória das forças militares, enviadas pelo governo. Por ter vencido os rebeldes em Caxias, Luís Alves de Lima e Silva recebeu o seu primeiro título de nobreza: Barão de Caxias. Mais tarde, ele recebeu outros títulos, inclusive o de Duque de Caxias.

E – Balaiada (1838 – 1841)

A Balaiada foi uma rebelião da massa maranhense desprotegida, composta por escravos, camponeses e vaqueiros, que não tinham a menor possibilidade de melhorar sua condição de vida miserável. Esses grupos sociais, que formavam a grande maioria da população pobre da província, encontravam, naquele momento, sérias dificuldades de sobrevivência devido à grave crise econômica e aos latifúndios improdutivos. A crise econômica havia sido causada pela queda da produção do algodão - base da economia da província - que sofria a concorrência norte-americana.

A massa de negros e sertanejos, cansada de ser usada pela classe dominante, terminou se envolvendo numa luta contra a escravidão, a fome, a marginalização e os abusos das autoridades e militares. Os líderes do movimento foram o vaqueiro Raimundo Gomes, o fabricante de Balaios (daí o nome) Manuel Francisco dos